



Contabilidade Empresarial

*Alexandre Machado Fernandes
Paulinho Rene Stefanello*



**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**
Educação a Distância

**Curitiba-PR
2012**

Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

© 2012 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – PARANÁ –
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este Caderno foi elaborado pelo Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola
Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil.

Prof. Irineu Mario Colombo
Reitor

Profª. Mara Christina Vilas Boas
Chefe de Gabinete

Prof. Ezequiel Westphal
Pró-Reitoria de Ensino - PROENS

Prof. Gilmar José Ferreira dos Santos
Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Prof. Paulo Tetuo Yamamoto
**Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e
Inovação - PROEPI**

Neide Alves
**Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e
Assuntos Estudantis - PROGEPE**

Prof. Carlos Alberto de Ávila
**Pró-reitoria de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional - PROPLADI**

Prof. José Carlos Ciccarino
Diretor Geral de Educação a Distância

Prof. Ricardo Herrera
**Diretor de Planejamento e Administração
EaD - IFPR**

Profª Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado
**Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
EaD - IFPR**

Profª Cristina Maria Ayroza
**Coordenadora Pedagógica de Educação a
Distância**

Prof. Roberto José Medeiros Junior
Coordenador do Curso

Profª Ediane Santos Silva
Vice-Coordenadora do Curso

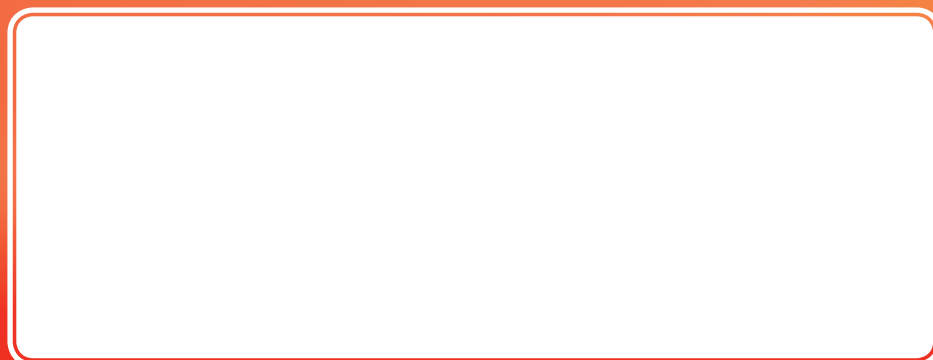
Adriana Valore de Sousa Bello
Cassiano Luiz Gonzaga da Silva
Karmel Louise Pombal Schultz
Rafaela Aline Varella
Assistência Pedagógica

Profª Ester dos Santos Oliveira
Idamara Lobo Dias
Revisão Editorial

Eduardo Artigas Antoniacomi
Diagramação

e-Tec/MEC
Projeto Gráfico

Catálogo na fonte pela Biblioteca do Instituto Federal do Paraná



Apresentação e-Tec Brasil

Prezado estudante,

Bem-vindo ao e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional pública de ensino, a Escola Técnica Aberta do Brasil, instituída pelo Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro 2007, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico público, na modalidade a distância. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação a Distância (SEED) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade, e promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

O e-Tec Brasil leva os cursos técnicos a locais distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades, incentivando os jovens a concluir o ensino médio. Os cursos são ofertados pelas instituições públicas de ensino e o atendimento ao estudante é realizado em escolas-polo integrantes das redes públicas municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, as instituições públicas de ensino técnico, seus servidores técnicos e professores acreditam que uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e educação técnica, – é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Janeiro de 2010

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: sempre que se desejar que os estudantes desenvolvam atividades empregando diferentes mídias: vídeos, filmes, jornais, ambiente AVEA e outras.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Sumário

Palavra dos professores-autores	11
Aula 1 – Empresas	13
1.1 Definição de Empresa	13
1.2 Usuários da contabilidade	13
1.3 Exemplos de usuários da Contabilidade	13
1.4 Escritório Contábil	14
Aula 2 – Sistemas Contábeis	17
2.1 Sistema Manual	17
2.2 Sistema Maquinizado	18
2.3 Sistema Mecanizado	18
2.4 Sistema Eletrônico	18
2.5 Sistema Digital	18
2.6 O que é ERP	19
Aula 3 – Relatórios Contábeis	21
3.1 Relatórios Contábeis Obrigatórios X Não Obrigatórios	23
3.2 Balanço Patrimonial	24
3.3 Capital de terceiros X capital próprio	25
Aula 4 – Balanço Patrimonial – Grupos de Contas	29
Aula 5 – Provisões Versus Reservas	35
5.1 Provisões do ativo	35
5.2 Provisões do passivo	36
Aula 6 – Tratamento de receitas e despesas antecipadas	39
6.1 Ajustes em contas de despesas	39
6.2 Ajustes em Contas de Receitas	43
Aula 7 – Aspectos do Endividamento	47
7.1 Principais Deduções do Ativo	47
7.2 Principais Deduções do Patrimônio Líquido	48
Aula 8 – Situação financeira	51

8.1 O que é Balanço Patrimonial?	51
8.2 Comentários da estrutura financeira	51
8.3 Após conhecer a estrutura financeira	53
8.4 Situação Financeira	56
8.5 Ativo Circulante (AC) e Passivo Circulante (PC)	56
Aula 9 – Situação econômica	59
9.1 Comparação entre fontes de recursos	59
9.2 Capital de terceiros	59
9.3 Fortalecimento do Patrimônio Líquido x Capital Terceiros	60
9.4 Lucro	61
Aula 10 – Regimes de contabilidade	63
10.1 O caso da <i>Rolls Royce</i>	63
10.2 Apuração do resultado	63
10.3 Regime de competência e Regime de caixa	65
10.4 Comparativo dos resultados:	65
Aula 11 – Um comparativo entre DRE e DFC	67
11.1 Enfoques de tratamento para a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Fluxo de Caixa	67
11.2 Estudo de caso	67
Aula 12 – Demonstração do resultado exercício	71
12.1 Leis relacionadas	71
12.2 Descrição dos Principais Grupos da DRE	73
Aula 13 – Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados	77
13.1 Estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	78
Aula 14 – Demonstração do Fluxo De Caixa (DFC)	83
14.1 Uma breve palavra sobre Fluxo de Caixa	83
14.2 Objetivo Básico da DFC	84
14.3 Informações de períodos anteriores	84
14.4 Por que a Contabilidade no Brasil dá pouco valor ao FC	84
Aula 15 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	87
15.1 Estrutura da DVA	88
15.2 Lucros retidos/prejuízos	90

Aula 16 – A Análise de Balanços como Instrumento de Avaliação de Desempenho	95
16.1 Interpretação dos Resultados Obtidos pela Análise de Balanços	96
16.2 Processos de Análise	97
Aula 17 – Contabilidade de Custos como Instrumento Útil da Contabilidade Empresarial	103
17.1 Contabilidade de custos	103
17.2 Definições	103
17.3 Finalidade	104
17.4 Objetos	105
17.5 Terminologias	105
Aula 18 – Margem de contribuição	111
18.1 Conceito	111
18.2 Definições de custos fixos e variáveis	111
18.3 Estudo de Caso	112
Aula 19 – Ponto de equilíbrio	115
19.1 Definição	115
19.2 Fórmulas	115
19.3 Diferenças entre os métodos de Cálculo de Ponto de Equilíbrio	116
19.4 Limitações ao uso do ponto de equilíbrio	116
19.5 Estudo de caso - Ponto de Equilíbrio com margem de contribuição iguais	116
19.6 Estudo de caso - Ponto de Equilíbrio com margem de contribuição diferentes	117
Aula 20 – Gestão de Impostos	121
20.1 Informações dos Relatórios de Gestão de Impostos	121
20.2 Outros Impostos	123
Resumo	124
Referências	127
Atividades autoinstrutivas	129
Currículo dos professores-autores	147



Palavra dos professores-autores

As organizações que buscam se manter em um mercado competitivo, e procuram utilizar-se de fonte seguras de informações para tomar as melhores decisões, utilizam-se de ferramentas corretas, de sistemas de informações úteis e práticos às suas necessidades, mas principalmente utilizam-se de uma fonte de informações que ao longo dos tempos, tem sido fundamental ao desenvolvimento e permanência dessas empresas no mercado, chamada de Contabilidade Empresarial.

Dentro das várias ciências sociais aplicadas às atividades organizacionais, a contabilidade aliada a administração, trabalham de maneira conjunta buscando no resultado das informações geradas pelas decisões administrativas, o registro de fatos e atos tanto contábeis quanto administrativos, proporcionando um histórico de ações por parte da gestão da empresa, que permita traçar planos futuros, sem tampouco se esquecer dos acontecimentos passados.

A Contabilidade Empresarial enquanto ferramenta de gestão contábil e administrativa, permite ao administrador planejar de maneira organizada suas ações voltadas aos melhores resultados da empresa, utilizando-se de um conjunto de dados que foram previamente reconhecidos e registrados pela contabilidade, e que servem de amparo as decisões dos gestores.

A partir da contabilidade empresarial, você estará aprofundando seus conhecimentos sobre contabilidade, com um enfoque gerencial, a partir de informações relacionadas a gestão organizacional e as decisões administrativas. Aproveite ao máximo esses conhecimentos através de seus estudos, buscando o melhor aproveitamento do conteúdo didático, dos exercícios de fixação e das sugestões de materiais de apoio pertinentes à disciplina estudada.

Professor Alexandre Fernandes

Professor Paulinho Rene Stefanello



Aula 1 – Empresas

Nesta aula vamos visualizar uma empresa com seus departamentos contábeis.

1.1 Definição de Empresa

Empresas são entidades econômico-administrativas, constituídas para desenvolver variados ramos de atividades, como comércio, indústria, serviços e atividades sem fins lucrativos.

As empresas são formadas na sua grande maioria por sócios ou acionistas, embora existam empresas formadas por uma única pessoa, as chamadas empresas individuais.

O artigo 966 do Código Civil (Lei 10.406/2002) considera o empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

Você é, foi ou será empregado de uma ou mais empresas ou quem sabe sócio ou proprietário.

1.2 Usuários da contabilidade

Os usuários da contabilidade são todos os interessados nas informações fornecidas por ela, há os que se interessam por acompanhar o desenvolvimento da empresa, há os interessados em informações que orientem nas tomadas de decisões (administradores), há também os interessados em saber se a empresa é capaz de honrar seus compromissos, com clientes (qualidade, preço, prazo), com fornecedores (capacidade de pagamento, credibilidade), com o fisco (pagamento dos tributos), com empregados (pagamento dos salários).

1.3 Exemplos de usuários da Contabilidade

- Sócios;
- Administradores;

- Fornecedores;
- Clientes;
- Empregados
- Bancos;
- Investidores;
- Concorrentes;
- A comunidade (sociedade);
- Governo;
- Sindicato;
- Outros por diversos motivos.

1.4 Escritório Contábil

Quero ambientá-los ao funcionamento de um escritório contábil, para tanto, o assunto foi dividido da mesma forma em que um escritório atua, ou seja:



Figura 1.1: Escritório de Contabilidade

Fonte: © Olga Miltsova/Shutterstock

1.4.1 Departamento de Pessoal

É necessário conhecer basicamente como funciona a admissão de funcionários, a manutenção dos registros, os pagamentos dos direitos (férias, licenças médicas, décimo terceiro etc.) e os pagamentos das obrigações: pagamentos de impostos (INSS, FGTS, Imposto de Renda, impostos sindicais etc.) dos funcionários em atividade.

1.4.2 Departamento Fiscal

É relacionado com impostos ou declarações. Também é responsável pela escrituração fiscal, fornece informações com relação ao controle da situação fiscal dos tributos e contribuições das empresas enquadradas nos regimes existentes na legislação. É possível saber se a empresa está com uma carga tributária maior do que a necessária.

1.4.3 Departamento Contábil

Serão abordadas as demonstrações contábeis, dando um conhecimento básico, parte fundamental, fonte importantíssima de informações, tão necessárias à tomada de decisão.

1.4.4 Departamento Para-Legal

Tem por atribuições principais desenvolver os trabalhos de constituição, alteração ou extinção de empresas; solicitar certidões negativas junto aos órgãos públicos perante suas autarquias, orientar e executar todos os procedimentos que visam dar cumprimento às exigências nas esferas municipais, estaduais e federais.

Resumo

Nesta aula o aluno obteve o conhecimento de como funciona o departamento contábil de uma empresa, ou como funciona um escritório contábil.

Atividades de aprendizagem

- Qual departamento contábil está ligado diretamente com a gestão da empresa? Por quê?





Aula 2 – Sistemas Contábeis

O objetivo desta aula é proporcionar ao técnico em administração, uma percepção clara sobre a necessidade dos sistemas contábeis, tão importantes ao desenvolvimento da atividade empresarial e principalmente ao gestor.

Entende-se por sistemas contábeis o conjunto de atividades contábeis que envolvem desde a compreensão da atividade empresarial, o registro e interpretação dos fatos contábeis, a contabilização e a elaboração dos relatórios contábeis, até a análise, interpretação e recomendações para transformar uma organização, em empresa competitiva.

Para a escolha de um sistema contábil, entre as várias alternativas que podem surgir para sua seleção, primeiramente deverá ser levada em consideração a necessidade administrativa, para em segundo plano, considerar os demais usuários e terceiros atingidos pelas informações contábeis geradas: fornecedores, funcionários, bancos, governo etc. Associado a isso, é muito importante a organização ter conhecimento claro sobre seus recursos financeiros, humanos e técnicos.

Outro ponto importante, a ser levado em consideração, é a capacidade de processamento de informações de forma qualitativa e quantitativa, sendo que para isso, a organização deverá dispor de equipamentos que supram essas duas características. Para isso, deverá haver uma necessidade de contratação de profissionais para uma análise de serviços em informática, a fim de atender essa demanda.

Como todo processo evolutivo, as organizações também tiveram que se adequar à evolução tecnológica, e partindo dessa ideia, alguns dos sistemas contábeis serão apresentados a seguir, tomando-se por base, o uso e a evolução de cada um desses sistemas contábeis:

2.1 Sistema Manual

Praticamente em extinção, todos os sistemas dependem de processo manual, a partir da utilização de equipamentos e instrumentos simples, como canetas, livros ou fichas de escrituração. Até o século XX, na década de 70 os procedimentos contábeis eram todos registrados de forma manual.

2.2 Sistema Maquinizado

Também em extinção esse processo, esse tipo de sistema utilizava-se de máquinas de datilografia, máquina de calcular e de formulários próprios aos registros contábeis. Esse procedimento foi muito utilizado entre as décadas de 70 e 80.

2.3 Sistema Mecanizado

Processo que permitiam o acúmulo de informações para o processamento de informações em diferentes tipos de relatórios e formulários, não caracterizando ainda uma evolução, como nos dias atuais. Esse tipo de sistema foi muito utilizado na década de 80 e 90.

2.4 Sistema Eletrônico

Também tratado como Processamento de Dados via computador, o sistema de contabilidade que utiliza-se desse mecanismo como ferramenta, pressupõe a existência de uma grande quantidade de informações e registros contábeis a serem feitos. Para esse tipo de sistema há a necessidade de uso do software contábil em função de sua capacidade de processamento aliada ao uso de recursos informatizados de hardware.

2.5 Sistema Digital

O sistema digital não deixa de ser um sistema eletrônico, mas merece um esclarecimento específico. Atualmente no Brasil, o governo criou o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), tendo como objetivo principal integrar as informações geradas pelos contribuintes nas esferas municipal, estadual e federal, através do compartilhamento das informações fiscais e contábeis. A Instrução Normativa RFB No. 787/07 regulamenta o SPED Contábil, instituindo a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O objetivo principal do sistema digital é a substituição do papel na emissão dos livros contábeis (Diário e Razão) pela existência apenas da contabilidade digital.

A escrituração digital contábil será armazenada em um banco de dados que permitirá aos órgãos conveniados com o SPED, via internet, acesso às informações do banco de dados. Toda essa realidade é possível graças às Notas Fiscais Eletrônicas (NFe).

O SPED objetiva uma melhora no controle e fiscalização das informações geradas, confiabilidade às informações contábeis, além de uma diminuição na sonegação fiscal, redução de custos e entraves burocráticos, aliados a rapidez no acesso às informações.

2.6 O que é ERP

Enterprise Resource Planning (ERP), ou Planejamento de Recursos Empresariais, é um conjunto de informações, recursos, funções e ações administrativas de uma empresa, pertencendo a um processo de gestão administrativa, baseada nas melhores práticas de mercado. A partir dessas características que são traduzidas e transformadas em um sistema de informações, tem como objetivo principal a consolidação dos dados no nível corporativo, e não apenas em um nível departamental, focando não só a otimização dos processos individuais por área, mas a empresa, de forma globalizada.

Diante da evolução tecnológica, atualmente se tornou imprescindível para o crescimento das empresas, a utilização de um sistema que permita ao seu gestor, obter informações sobre as operações e atividades organizacionais, sejam da área de vendas, do controle de contas a pagar ou a receber, ou ainda do departamento de contabilidade através das informações geradas pelos relatórios contábeis e demais demonstrativos de apoio e análise de dados.

Ao gestor torna-se fundamental o conhecimento da empresa de forma global, sabendo o que se passa em todas as áreas e departamentos, para que a partir de um sistema de informação seguro como o sistema contábil, esse gestor possa ter plena certeza e segurança das decisões que estará tomando, e os resultados que espera alcançar.

Resumo

Através do estudo desse capítulo, foi possível apresentar as características dos sistemas contábeis mais antigos e modernos, passando pelo atual padrão estabelecido pelo governo brasileiro, o chamado Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), além de tratarmos da integração de todos os possíveis sistemas em uma organização, a partir de um sistema central que atenda a todas as necessidades globais de uma empresa, o Planejamento de Recursos Empresariais (ERP).



Atividades de aprendizagem

- Pesquisar no Código Civil (Lei 10.406/2002) na parte de Direito Empresarial, os artigos que tratam da escrituração e sistemas de escrituração, bem como da Instrução Normativa da RFB No. 787/2007 que regulamenta o SPED. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

Anotações

Aula 3 – Relatórios Contábeis

O objetivo desta aula é você conhecer melhor os relatórios contábeis utilizados pelos gestores, o porquê de sua elaboração e utilização no processo decisório, bem como sua importância para a organização e para o responsável pelas decisões organizacionais.

Você já deve ter visto na disciplina anterior de Contabilidade Básica, desde o princípio do surgimento da contabilidade como ciência, pelo seu criador, o Frei Luca Pacioli no ano de 1494, passando pela evolução dessa ciência ao longo dos tempos pelo mundo antigo e na idade medieval, chegando aos atuais dias modernos com a apresentação de conceitos voltados as atuais aplicações de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e ambientais.

Você também deve lembrar que a partir das definições de contabilidade, também foram vistas as funções da contabilidade, os aspectos relacionados a qualidade e a quantidade de patrimônio que podem pertencer a um indivíduo ou a uma organização.

A partir das definições do patrimônio, sua caracterização e subdivisão com a utilização de nomenclatura específica aplicada à contabilidade, o surgimento das contas patrimoniais e das contas de resultado e dos possíveis estados patrimoniais da organização, é que houve a necessidade de se organizar as contas contábeis de maneira estruturada para uma melhor representação do patrimônio da empresa.

Nesse sentido, a partir da Lei 11.638/2007 que veio a corrigir e melhorar a Lei 6.404/1976 criada originalmente como a Lei das Sociedades Por Ações, define que ao término de cada exercício social (12 meses), deverão ser elaborados e publicados os demonstrativos contábeis baseados nas escriturações contábeis:

- Balanço Patrimonial (BP).
- Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc).
- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (se for uma sociedade de capital aberto).

Segundo a Lei 6.404/1976 que continua em vigor com as devidas alterações da nova Lei, é apresentado o conteúdo que trata da elaboração e publicação dos demonstrativos contábeis/financeiros:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como «diversas contas» ou «contas-correntes».

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm

Há de se ressaltar que além dos relatórios contábeis, também deverão ser publicadas juntamente com estes, as notas explicativas, que são complementos às demonstrações contábeis, não sendo necessariamente uma demonstração, mas sim esclarecimentos em formato de textos, que servem para facilitar o entendimento das informações apresentadas nos respectivos demonstrativos, aos acionistas ou proprietários da companhia. Tais notas explicativas são necessárias quando certas informações registradas pela contabilidade se tornam difíceis de serem indicadas nos relatórios contábeis. Exemplo: mudança de critério contábil, taxa de juros, garantias ofertadas aos bancos pela concessão de empréstimos, etc.

3.1 Relatórios Contábeis Obrigatórios X Não Obrigatórios

No Brasil, destacam-se dois tipos distintos de sociedades: as empresas limitadas (quotas de capital) e as anônimas (por ações). As sociedades limitadas deverão seguir parte dos dispositivos das sociedades anônimas, como elaboração das demonstrações nos moldes da Lei das Sociedades por Ações, não sendo, entretanto, obrigadas a publicar tais demonstrações. Já as sociedades anônimas além de seguirem os modelos de relatórios da Lei das S.A.'s (Sociedades Anônimas), deverão também publicá-los.

Pode-se dizer então, além de existirem tipos de sociedades diferentes quanto a sua constituição (Sociedade Limitada constituída por quotas de capital, e Sociedade Anônima constituída por ações), mesmo que regidas pela Lei das S.A.'s, não seguem o mesmo padrão quanto a elaboração e publicação dos relatórios contábeis. Há relatórios contábeis que devem ser elaborados, mas não são obrigatórias suas publicações, e há relatórios contábeis que devem ser elaborados e publicados obrigatoriamente, dependendo especificamente do tipo de sociedade e do seu porte. De acordo com a Lei 11.638/2007, as sociedades de grande porte são aquelas que apresentaram no ano anterior, em seu Ativo Total, o valor superior a R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou uma Receita Bruta anual superior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Essas empresas, mesmo que não sejam sociedades anônimas, estão sujeitas à Lei das S.A.'s em relação à escrituração contábil e elaboração dos demonstrativos contábeis / financeiros.

Dessa maneira, podemos apresentar os relatórios contábeis conforme segue:



* - Obrigada a publicar nos jornais quando o PL for maior que R\$ 2.000.000,00 (Ver arquivo original em Word)

Figura 3.1: Relatórios Contábeis

Fonte: Marion (2009, p.44)

3.2 Balanço Patrimonial

Sendo considerado o relatório mais importante sob o ponto de vista contábil, o Balanço Patrimonial tem por objetivo apresentar uma posição financeira e patrimonial, à partir da classificação dos elementos do patrimônio registrados de forma organizada, que permitirá o conhecimento e análise das informações da empresa, em determinada data.

Uma das características do Balanço Patrimonial, é apresentação dos resultados das contas, após o registro e encerramento das atividades da empresa durante o exercício social, ou seja, o registro dos fatos contábeis após efetivamente terem ocorrido, portanto, o Balanço Patrimonial apresenta uma situação estática das informações da organização após seu acontecimento.

De acordo com a lei, o balanço é representado da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
-------	-------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor

Já é de conhecimento de vocês que a composição dos grupos estará representado da seguinte forma:

- **Ativo:** Bens e Direitos, representando as aplicações de recursos, controlados pela organização, tendo por objetivo a perspectiva de resultados econômicos futuros.
- **Passivo:** Obrigações ou exigibilidades, designando as dívidas das empresas junto a terceiros.
- **Patrimônio Líquido:** Representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou ainda, o investimentos dos sócios na sociedade, além dos valores obtidos economicamente pelo resultado da atividade da organização (lucro ou prejuízo).

Uma vez que as contas devam seguir uma classificação ordenada e uniforme, para que permita aos usuários uma análise adequada, o ativo e passivo deverão apresentar uma subdivisão, de acordo com os §§ 1º e 2º do Art. 178 da Lei 6.404/76, sendo:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma vez que a composição do patrimônio da empresa é representada pelos seus bens, direitos e obrigações, pode-se dizer que é a partir da composição do patrimônio que se origina o Balanço Patrimonial, representado pelo equilíbrio entre os bens, os direitos e as obrigações da empresa, demonstrados em um único relatório.

3.3 Capital de terceiros X capital próprio

Na formação do passivo de uma empresa, dois grupos muito importantes podem ser identificados, e que estão relacionados diretamente às obrigações da empresa:

- Capital de Terceiros: São todas as obrigações da empresa junto a terceiros, que foram contraídas para o desenvolvimento da atividade operacional. Exemplo: Fornecedores, Contas a Pagar, Impostos a Pagar, etc. Para se identificar o capital de terceiros, basta verificar no balanço patrimonial a representação de dois grupos importantes: o passivo circulante e o passivo não circulante (respectivamente obrigações de curto prazo e obrigações de longo prazo). Todas as obrigações de curto e longo serão exigíveis, ou seja, serão cobradas pelos terceiros.
- Capital Próprio: São as obrigações da empresa junto aos sócios, representada pelos investimentos iniciais dos sócios na sociedade. Exemplo: Capital Social. Esse tipo de obrigação estará representado no Balanço Patrimonial pelo grupo do Patrimônio Líquido, e não serão cobradas imediatamente (obrigações não exigíveis).

Uma comparação entre o capital de terceiros e capital próprio poderá apresentar o grau de endividamento da empresa, ou seja, quanto maior for o capital de terceiros (obrigações junto a terceiros exigíveis) em relação ao capital próprio (obrigações junto aos sócios – não exigíveis), maior será o endividamento da empresa. Isso significa que a empresa deverá optar por contrair obrigações com terceiros de forma planejada, para que possa quitar estas obrigações e assim, possuir um grau de endividamento baixo.

Resumo

Através dos relatórios contábeis é possível ao técnico em administração compreender melhor porque são elaborados tais relatórios e a quem atendem estas informações. A partir da Lei 11.638/2007 que alterou a Lei 6.404/76, algumas alterações foram introduzidas, mas continua evidente a necessidade e obrigatoriedade dos demonstrativos contábeis para atendimento as necessidades governamentais, bem como para a gestão empresarial com foco no resultado. Vimos também que há alguns relatórios que são obrigatórios a elaboração e outros não são, e também há relatórios que não são obrigatórios a publicação e outros são obrigatórios a publicação. Por último vimos que de acordo com o tipo de sociedade, a necessidade de recursos de terceiros ou próprio dependerá do tipo de negócio, mas que toda empresa possui os dois tipos de recursos.

Atividades de aprendizagem

- Baseado em sua situação pessoal e patrimonial, relacione os recursos de terceiros e os recursos próprios, e organize-os baseados nas divisões de grupos e subgrupos do balanço patrimonial (ver modelo do art. 178, da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/2007.).



Anotações



Aula 4 – Balanço Patrimonial – Grupos de Contas

Nessa aula, será estudado mais amplamente o Ativo e o Passivo, de tal forma que possamos identificar, interpretar e classificar as contas que compõem esses grupos, bem como analisar a relação entre os grupos e as contas que os compõem.

Para facilitar a interpretação e análise do Balanço, existe uma preocupação constante em estabelecer uma adequada distribuição de contas em grupos homogêneos (MARION, 2009), sendo que a Lei 6.404/76 dispõe uma estrutura de contas aceita nacionalmente.

As contas de Ativo são agrupadas a partir da característica da conversão em dinheiro mais rapidamente, em ordem decrescente de liquidez. Primeiramente são agrupadas as contas que já são dinheiro (Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras de CP, etc.) com as contas que se transformarão rapidamente em dinheiro (Clientes, Títulos a Receber, Estoques, etc). A esse grupo chamamos de **ATIVO CIRCULANTE**, e, portanto, um grupo de alto grau de liquidez (transformação em valores imediatos).

Em segundo lugar, serão classificadas as contas que se transformarão de forma mais lenta em dinheiro, sendo os ativos de um grau de liquidez menor (Valores a Receber ou contas similares, mas que demoram muito mais tempo para serem recebidos). Chamamos essas contas de **realizável em longo prazo**, e que por sua vez pertence ao grupo denominado **Ativo Não Circulante** (transformação em valores mais demorada, superior ao curto prazo).

Em terceiro lugar, serão classificadas as contas consideradas de investimentos pela empresa, mas de caráter permanente, ou seja, destinados a produzir benefícios pela sua permanência na empresa. Farão parte desse grupo os investimentos permanentes de participações em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da empresa (Investimentos em Coligadas, Obras de Arte, etc.). Esse grupo denomina-se **Investimentos**.

Em quarto lugar, serão classificadas as contas que dificilmente serão transformadas em dinheiro, sendo utilizadas como meio de alcance dos objetivos operacionais da organização, sendo consideradas contas de pouquíssima liquidez e são utilizados por vários anos pela empresa (vida útil longa). Os itens nesse grupo tem uma característica permanente, de uso por vários anos ou períodos operacionais, não se destinando à venda (Máquinas e Equipamentos, Veículos, Edificações, etc.). A esse grupo chamamos de **Imobilizado** (não se transformam em dinheiro facilmente, ou quase nunca).

Em quinto e último lugar, com as alterações da Lei 6.404/76, promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, foi inserida uma nova estrutura no balanço patrimonial para as empresas de capital aberto e fechado e as sociedades de grande porte, no qual serão classificadas as contas que representem direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade (Fundo de comércio adquirido pela organização, Marcas e Patentes e Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento, etc.). Esse grupo chamamos de **Intangível**.

Assim, a partir do que a lei determina, e pelas práticas contábeis adotadas, as contas de ativo poderão ser representadas em seus respectivos subgrupos da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Caixa Bancos Clientes Estoques Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo Valores a Receber Empréstimos a Sócios Investimentos Investimentos em Coligadas Obras de Arte Imobilizado Máquinas e Equipamentos Veículos Edificações Intangível Fundo de Comércio Marcas e Patentes Gastos com P&D	

Fonte: Elaborado pelo autor

As contas de Passivo e Patrimônio Líquido serão agrupadas de acordo com seu vencimento, ou seja, primeiramente aquelas que devem ser pagas ou liquidadas mais rapidamente, seguidas de forma destacada em outro grupo, por aquelas que levarão um prazo maior para a quitação.

Primeiro, agruparemos as contas que serão pagas mais rapidamente, ou que terão sua exigência de pagamento imediata (Salários a Pagar, Fornecedores, Impostos a Pagar ou a Recolher, INSS a Pagar, etc.), sendo esse grupo chamado de **Passivo Circulante**. A principal característica a ser considerada para o ordenamento dessas contas nesse grupo, é o fato de vencerem até o final do exercício social seguinte.

Em seguida, serão classificadas as contas que deverão ser pagas em um prazo mais longo (Financiamentos a Pagar, Empréstimos a Pagar, Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos etc.). Esse grupo será chamado de **Passivo Não Circulante**, e tem como principal característica para organização das contas, sua liquidação ocorrer em prazo superior ao término do exercício social seguinte.

Em terceiro lugar, serão organizadas e registradas as contas que praticamente não serão pagas, representadas pelas obrigações com os proprietários ou acionistas da organização. Essas obrigações são consideradas não exigíveis, pois não são cobradas pelos sócios. Contudo, não significam que não sejam pagas, visto que constituem-se uma obrigação, e estarão registradas no subgrupo chamado patrimônio líquido. Esse subgrupo estará dividido em:

- a) Capital Social
- b) Reservas de Capital
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial
- d) Reservas de Lucros
- e) Ações em Tesouraria
- f) Prejuízos Acumulados

Da mesma forma que o Ativo, a partir da Lei e de sua aplicação contábil, as contas do Passivo poderão ser representadas em seus subgrupos conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
	Passivo Circulante Fornecedores Salários a Pagar Impostos a Pagar INSS a Pagar
	Passivo Não Circulante Exigível a Longo Prazo Financiamentos a Pagar Empréstimos a Pagar IR e CS Diferidos
	Patrimônio Líquido Capital Social Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial Reservas de Lucros Ações em Tesouraria Prejuízos Acumulados

Fonte: Elaborado pelo autor

Resumo

Nessa aula foi apresentado o balanço patrimonial de uma forma mais detalhada, possibilitando interpretar de maneira mais fácil as contas que compõem cada grupo patrimonial, tanto Ativo quanto Passivo, e a relação entre contas dentro do grupo, possibilitando a apresentação do Balanço Patrimonial mais adequada à realidade da organização.

Atividades de aprendizagem

- Dado as contas abaixo relacionadas da Empresa XYZ S/A, elabore o Balanço Patrimonial em 31/12/20X9:



CONTA	DÉBITO
Caixa	220.000,00
Provisão para Devedores Duvidosos	6.000,00
Móveis e Utensílios	50.000,00
FGTS a Recolher	18.200,00
Dividendos a Pagar	98.000,00
Contribuição Social a Pagar	65.000,00
Depreciação Acumulada de Veículos	120.000,00
Estoque de Mercadorias	1.073.500,00
Banco Conta Movimento	327.500,00
Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	15.000,00
Veículos	200.000,00
COFINS a Recolher	46.000,00
Salários a Pagar	44.000,00
Imposto de Renda a Recolher	42.000,00
Capital Social	1.200.000,00
Lucros Acumulados	107.342,00
Reserva Legal	82.023,00
INSS a Pagar	12.500,00
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	30.000,00
Fornecedores	250.000,00
Financiamentos a Longo Prazo	364.935,00
Máquinas e Equipamentos	50.000,00
Marcas e Patentes	180.000,00
Duplicatas a Receber	400.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores



Aula 5 – Provisões Versus Reservas

Esta aula tem como objetivo aprofundar os conhecimentos e diferenciações sobre a utilização pela contabilidade, da provisão e das reservas.

Provisões são as estimativas que podem reduzir o Ativo ou aumentar o Passivo, representadas pelas perdas do Ativo ou pelo aumento das obrigações do Passivo. Uma das características essenciais das Provisões é serem fundamentais durante a elaboração dos registros contábeis a partir do Regime de Competência.

5.1 Provisões do ativo

Como o patrimônio das empresas é composto por bens e direitos classificados no Ativo, os seus valores reais são normalmente menores que os valores registrados na contabilidade. Assim, há uma necessidade de se ajustar esses valores contábeis o mais próximo da realidade, baseado nas provisões.

Em se tratando de direitos, a situação que acontece com maior frequência é o registro de Duplicatas a Receber dos clientes que dificilmente serão recebidas, servindo de base para a constituição de uma provisão, chamada de **Provisão para Devedores Duvidosos**. Esse nome é em decorrência justamente de uma estimativa sobre os valores a receber dos clientes que não acontecerão. Dessa forma, o valor apresentado na contabilidade representará o direito o mais próximo da realidade da empresa. Esta conta se diferencia das demais contas do Ativo por ser de origem credora, sendo registrada em conta própria, logo abaixo da conta de Duplicadas a Receber ou Clientes, e reduzindo assim o total do Ativo Circulante.

Há ainda no Ativo Circulante a conta de estoques de mercadorias, muito embora com menos frequência, sofre o desgaste ou redução de seu valor em relação ao mercado. Quando o valor de registro contábil for superior ao valor de custo de aquisição no mercado dessas mercadorias, essa diferença representará uma perda para a empresa, e deverá ser registrada como uma provisão. A essa operação contábil denominamos de **Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado dos Estoques**. Esta conta possui as mesmas carac-

terísticas da **Provisão para Devedores Duvidosos**, porém diretamente relacionada aos estoques, sendo relacionada (em caso de sua existência), logo após a conta de Estoques.

No caso de bens do ativo, a situação mais comum são os valores representados pelos bens permanentes, registrados no Imobilizado. Os bens tangíveis da empresa perdem valor, seja pelo seu uso, pelo seu desgaste ou pela perda de sua eficiência em produzir resultados, o registro contábil para essa perda será chamada de **Depreciação Acumulada**, em função de ao longo do tempo, o valor registrado gradativamente se acumular. Mesmo havendo o registro da depreciação acumulada pelo desgaste ou uso, a característica do registro dessa provisão deverá ser feita em conta específica no Ativo, dentro do subgrupo Ativo Não Circulante, e por sua vez, pertencerá ao grupo menor do Imobilizado. No Imobilizado, o que diferencia a conta de depreciação das demais contas do Ativo, é ela ser de característica credora, ou seja, ela fica em conta específica, no Ativo, porém credora, reduzindo assim o potencial valor do bem em função do seu desgaste.

Ainda em se tratando de bens, os bens intangíveis também sofrem redução pelo seu desgaste, pelo seu uso ou pela sua perda de eficiência em produzir resultados, e será registrado no Ativo de forma similar à Depreciação, mas será chamada de **Amortização Acumulada**. Se ainda fizer parte dos bens intangíveis da empresa a exploração de recursos naturais ou minerais, estes por sua vez deverão também registrar a perda da capacidade produtiva, e a conta será chamada de **Exaustão Acumulada**.

As provisão que reduzem o ativo são de característica credora, já que os saldos das contas de ativo são originariamente devedoras.

5.2 Provisões do passivo

Quando existe a possibilidade de serem estimadas algumas obrigações, mesmo que elas ainda não tenham sido efetivadas, mas que ocorrerão no mesmo exercício social, elas deverão ser registradas contabilmente, sendo os casos mais comuns:

- a) Provisão de Férias:** Deverá ser realizada uma provisão no passivo, baseada no direito adquirido pelo funcionário para cada mês trabalhado, sendo registrado à base de 1/12 avos de férias, e seu pagamento ocorrerá em momento adequado de acordo com a necessidade da empresa. A contrapartida dessa provisão é o registro de uma despesa, no grupo de resultado, sendo que o valor reduzirá o lucro da empresa.

- b) Provisão para 13º Salário:** Deverá ser constituída essa provisão no passivo, também baseada no direito adquirido pelo funcionário para cada mês trabalhado, e seu registro será de 1/12 avos, contudo, seu pagamento ocorrerá sempre ao término do exercício social. A contrapartida dessa provisão é o registro de uma despesa, no grupo de resultado, reduzindo assim o lucro da empresa.
- c) Provisão para IR e CS:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social, serão registradas as duas provisões no exercício social e liquidada no exercício financeiro. Isso significa que em virtude do Regime de Competência, considera-se o IR e a CS no ano em que foi gerado, e seu pagamento no ano seguinte.

5.2.1 Reservas

As reservas são valores que tem como característica de origem, suas constituições baseadas no resultado positivo da atividade de uma empresa. Desse resultado positivo, serão feitas as destinações conforme a legislação determina. Essas destinações não são valores que reduzem o patrimônio, mas sim aumentam, como um fato positivo, já que compõem o Capital Próprio da companhia, ao contrário das Provisões, que aumentam as obrigações no passivo (Capital de Terceiros) ou diminuem do Ativo.

Reservas de Capital – São aumentos ao Patrimônio Líquido da companhia, mas normalmente gerados por terceiros e não originados das operações da empresa. Os casos mais comuns são:

- a)** Ágio Cobrado na Emissão de Novas Ações;
- b)** Doações;
- c)** Subvenções para Investimentos.

Reservas de Incentivos Fiscais – Decorrentes de Doações ou Subvenções governamentais para Investimentos em Ativos.

Reservas de Lucro – São as cotas constituídas pelo aproveitamento de lucros da companhia, podendo ser:

- a)** Reserva Legal
- b)** Reserva Estatutária
- c)** Reserva para Contingências
- d)** Reserva de Lucros a Realizar

Resumo

Nesse capítulo, tivemos a condição de estudar e compreender de forma simples, a definição e aplicação de uma provisão, podendo ela ser para redução do Ativo ou aumento do Passivo. A provisão do Ativo será caracterizada pelo registro em contas de origem credora, que reduzirão os valores dos bens e direitos do Ativo, seja do grupo Circulante ou Não Circulante. Da mesma forma, as provisões do Passivo, servirão para aumentar as obrigações devidas pela companhia. Esses aumentos poderão ocorrer no grupo Circulante ou Não Circulante. E vimos ainda as Reservas, que tem como característica principal positiva o aumento do Patrimônio Líquido, e consequente aumento do Capital Próprio.



Atividades de aprendizagem

- Faça uma pesquisa através de livros e da internet, e procure identificar, além dos exemplos apresentados sobre Provisões do Ativo e Provisões do Passivo, outros exemplos que possam caracterizar cada um dos grupos mencionados.

Anotações

Aula 6 – Tratamento de receitas e despesas antecipadas

Este capítulo tratará especificamente sobre os ajustes em contas de resultado, baseado na ocorrência de receitas e despesas antecipadas.

Para que os resultados dos exercícios apurados pelas empresas estejam de acordo com os Princípios de Contabilidade, é necessária a realização de ajustes nas contas de Receitas e Despesas. A partir dos registros contábeis e elaboração dos relatórios, há a necessidade da realização de ajustes mensais. Contudo, alguns desses ajustes podem ser efetuados uma única vez ao ano, especificamente na apuração do resultado do exercício, ao final do ano.

A partir da Resolução do CFC No. 750/93, que estabelece os sete princípios de contabilidade, o princípio da competência trata do tema das receitas e despesas: “... as receitas e despesas devem ser reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencerem e de forma simultânea quando se correlacionarem. As despesas devem ser reconhecidas independentemente do seu pagamento e as receitas, somente quando de sua realização”.

Dessa forma, as despesas serão reconhecidas pela contabilidade no exercício que foram geradas, sejam elas pagas ou não; as receitas serão reconhecidas no exercício ou momento de sua realização (geração), quer tenham sido recebidas ou não. Baseado nessas premissas do Princípio da Competência, estaremos apresentando algumas informações pertinentes a ajustes em contas de Despesas e Receitas.

6.1 Ajustes em contas de despesas

Nas contas de Despesas, os ajustes devem ser realizados para reconhecer tanto as despesas geradas no mês (ou ao ano) mesmo que não pagas, bem como para as despesas que tenham sido pagas por antecipação antes de serem reconhecidas.

Há despesas geradas dentro do mês, mas que serão pagas somente no mês seguinte ou período futuro. As mais comuns são:

- a)** Despesas com a folha de pagamento (salários, contribuições de previdência, FGTS etc.);
- b)** ICMS sobre vendas;
- c)** PIS sobre faturamento;
- d)** COFINS sobre faturamento;
- e)** Aluguéis, etc.

A apropriação dessas despesas é feita debitando-se uma conta de despesa que represente o referido encargo, e creditando-se uma conta que represente a respectiva obrigação.

As contas que representam as despesas no grupo de resultado, podem ser:

- a)** Salários,
- b)** Contribuições de Previdência, FGTS;
- c)** ICMS sobre Vendas;
- d)** PIS sobre Faturamento;
- e)** COFINS;
- f)** Despesas de Aluguéis, etc.

As contas que representam as Obrigações no grupo do passivo, podem ser:

- a)** Salários a pagar;
- b)** Contribuições de Previdência a Recolher;
- c)** FGTS a Recolher;
- d)** ICMS a Recolher;
- e)** PIS sobre Faturamento a Recolher;
- f)** COFINS a recolher;
- g)** Aluguéis a Pagar, etc.

6.1.1 Despesas Incorridas e Não Pagas

Para melhor compreender esse conteúdo, segue a exemplificação abaixo:

Suponhamos que o aluguel do período onde está instalada a empresa, referente ao mês de agosto, no valor de R\$3.000, deva ser pago no dia 05 de setembro, de acordo com o contrato de locação.

No dia 31 de agosto, contabilmente será feito o registro da apropriação da referida despesa através do seguinte lançamento:

D – Despesas de Aluguéis

C – Aluguéis a Pagar

Pela apropriação do aluguel ref. ao mês de agosto a ser pago em 05/09/XX 3.000,00
A partir do referido lançamento contábil, ficará apropriada a despesa de aluguel referente ao mês de agosto, dentro do mês de sua geração. Da mesma forma, ficou registrada um lançamento a crédito, na conta Aluguéis a Pagar no Passivo pelo registro da obrigação, em função do pagamento só ocorrer no dia 05 do mês seguinte.

6.1.2 Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas que forem pagas antecipadamente, mas pertencerem a outro período contábil, deverão ser registradas em contas do Ativo Circulante. Sua apropriação (reconhecimento) deverá ser feita até o último dia do mês do exercício de atividade, debitando-se uma conta de Despesa e creditando-se uma conta do Ativo Circulante que tenha registrado anteriormente, o pagamento da despesa antecipada.

A mais comum dessas despesas é a Despesa com Seguro, sendo registrada no dia do pagamento, debitando-se a conta Prêmios de Seguro a Vencer e creditando-se o pagamento por Caixa ou Banco. A partir daí; mensalmente, ou no último dia do ano, deverá ser apropriada a importância correspondente à despesa do mês ou do ano.

Exemplo: Suponhamos que no dia 4 de julho a empresa tenha efetuado um pagamento no valor de R\$36.500 para a Companhia Seguradora, referente a seguro contra incêndio, pelo período de um ano. (Geralmente, os seguros contra incêndio são feitos pelo período de um ano, isto é, uma vez que paga a despesa de seguro, o Patrimônio segurado fica coberto contra o risco durante 365 dias.)

Assim, no dia 4 de julho, a empresa efetuou o seguinte registro no livro Diário:

D – Prêmios de Seguro a Vencer

C – Caixa (ou Bancos ou outra conta)

Pagamento à Companhia Seguradora X, referente à apólice de
Seguro n.º x, cobertura contra incêndio pelo período de 1 ano **36.500**

A conta debitada (Prêmios de Seguro a Vencer) é Conta do Ativo Circulante que registra a despesa paga antecipadamente. Ao final de cada mês, a empresa deverá apropriar o valor da despesa de seguro do referido mês, debitando uma conta que representa a despesa de seguro, no grupo de resultado, e creditando a Conta do Ativo Circulante que registrou a despesa paga antecipadamente.

Para se conhecer o valor da despesa de seguro de cada mês, é feito o seguinte cálculo: divide-se o valor da despesa paga por 365 dias, obtendo-se, assim, o valor da despesa de seguro correspondente a um dia. A partir daí, basta multiplicar o número de dias do mês pelo valor da despesa diária para se conhecer o valor a ser apropriado naquele mês.

Se a apropriação for feita somente no final do ano, basta multiplicar o número de dias contados a partir do dia do pagamento da despesa (4 de julho) até o último dia do ano (31 de dezembro) pelo valor diário do seguro. Veja:

$$\frac{R\$36.500}{365 \text{ dias}} = R\$100,00 \text{ por dia}$$

$$180 \text{ dias} \times R\$100,00 = R\$18.000,00$$

Esses R\$18.000,00 serão considerados como despesa desse exercício.

Assim, a contabilização é a seguinte:

D – Despesas Prêmios de Seguro

C – Prêmios de Seguro a Vencer

Pela apropriação de despesa de seguro referente ao
Período de 4 de agosto a 31 de dezembro **15.000**

Veja a posição das contas envolvidas nos respectivos Razonetes, antes do lançamento:

Prêmios de Seguro a Vencer	Caixa ou Banco (ou outra Conta)
36.500	36.500

A posição após o lançamento acima é:

Prêmios de Seguro a Vencer	Despesas Prêmio de Seguros
36.500 18.000	18.000

A conta debitada (Prêmios de Seguro) é conta de Despesa Operacional do exercício, cujo salário será transferido para a conta Resultado do Exercício, no momento da apuração do Resultado Líquido.

A conta creditada (Prêmios de Seguro a Vencer) é conta que registra o valor da despesa diferida (antecipada) que passará para o exercício seguinte, referente aos 185 dias que restam para o vencimento do seguro (de 1º de janeiro a 3 de julho).

6.2 Ajustes em Contas de Receitas

Os ajustes nas Contas de Receitas deverão ser feitos para registrar tanto as receitas realizadas (geradas) e não-recebidas, como as recebidas e ainda não-realizadas.

6.2.1 Receitas Realizadas (geradas/ganhas) e Não Recebidas

Para apropriação das receitas geradas e ainda não recebidas, deverá ser feito um lançamento a débito de uma conta do Ativo, que represente o respectivo direito (Ex.: Duplicatas a Receber, Aluguéis a Receber, etc.), e um lançamento a crédito em uma conta que represente a respectiva receita (Ex.: Vendas de Mercadorias, Aluguéis Ativos, etc.).

Exemplo: A empresa tem um imóvel alugado para o Sr. Joaquim. Segundo consta no contrato de locação, o pagamento do aluguel do mês será sempre no dia 10 do mês seguinte. Dessa forma, o aluguel do mês de dezembro, que é de R\$4.000 e deve ser recebido no dia 10 de janeiro do ano seguinte, será registrado no dia 31 de dezembro conforme o seguinte lançamento:

D – Aluguéis a Receber

C – Receitas de Aluguéis Ativos

Pela apropriação do aluguel ref. ao mês de

Dezembro, a ser recebido em 10 de janeiro p.f.

4.000

A partir desse lançamento, a receita será registrada no valor de R\$4.000 no mês de sua realização (dezembro). Como a respectiva receita será recebida somente no dia 10 do mês seguinte, foi debitada a conta Aluguéis a Receber, que representa um direito da empresa, e foi creditada a conta de Receitas de Aluguéis Ativos, no resultado.

6.2.2 Receitas Recebidas Antecipadamente

Para entender essa operação, será apresentado um exemplo:

No dia 19 de dezembro, a empresa recebeu a importância de R\$10.000 de aluguéis referentes ao mês de janeiro do ano seguinte. Para essa situação, no dia 19 de dezembro, data do recebimento da receita antecipada, será realizado o seguinte registro contábil:

D – Caixa

C – Aluguéis Ativos a Vencer

Recebido nesta data, referente ao aluguel de janeiro do

Ano seguinte

10.000

Com esse lançamento, a importância recebida de R\$10.000 ficará registrada na conta Caixa. A receita será creditada na conta Aluguéis Ativos a Vencer, no grupo do passivo, representando uma receita antecipada, não sendo considerada para a apuração do resultado do ano em questão. No mês de janeiro do ano seguinte, quando a referida receita estiver realizada, será feita a respectiva apropriação através do seguinte lançamento:

D – Aluguéis Ativos a Vencer

C – Receitas de Aluguéis Ativos

Pela apropriação da receita recebida antecipadamente	10.000
--	---------------

Com esse lançamento, feito no mês da realização da receita (janeiro do ano seguinte), houve um lançamento a crédito da conta Receita de Aluguéis Ativos, sendo feito o reconhecimento da receita no mês de sua competência. O débito na conta Aluguéis Ativos a Vencer, é registrado em função da baixa na respectiva conta, do valor registrado como receita recebida antecipadamente.

Resumo

Através do conteúdo nesse capítulo, foi apresentado o registro de receitas e despesas, recebidas e pagas antecipadamente, bem como também receitas e despesas reconhecidas (geradas), mas sem o recebimento ou o pagamento antecipado, observando assim o princípio da competência, de acordo com a Resolução No. 750/2003 do CFC. Também foram apresentados exemplos das respectivas operações contábeis para melhor compreender o mecanismo desses registros na contabilidade.



Atividades de aprendizagem

- Uma empresa comercial, efetuou a contratação de um seguro, para a cobertura de seu prédio, por um período de 1 ano. Esta contratação ocorreu no mês de março de 20x8, pelo valor total de R\$24.000,00, sendo que ela efetuou o pagamento do seguro antecipadamente, através do Banco.

Efetue os respectivos lançamentos contábeis de seguro para o ano de 20x8, e após responda a seguinte pergunta: Qual o valor do seguro que ficará a apropriar no ano de 20x9?

Anotações

Aula 7 – Aspectos do Endividamento

O objetivo dessa aula é compreender a utilização do capital de terceiros no financiamento da atividade empresarial.

Para a organização, pode ser mais cômodo e prático a opção em contrair dívidas de longo prazo em relação as de curto prazo, visto que com um prazo maior, poderá se planejar tanto em relação ao pagamento das dívidas, quanto a geração de recursos para liquidação dessas obrigações de longo prazo.

Contudo, nem sempre é fácil para as organizações a obtenção de recursos financeiros de longo prazo, ainda mais voltados a utilização operacional como Capital de Giro (Ativo Circulante). Na grande maioria de vezes, as empresas optam por empréstimos em longo prazo para a aquisição de bens permanentes, e através desses bens permanentes, geram recursos de forma mais lenta, do que a aplicação imediata em Capital de Giro. Isso significa que os montantes de recursos adquiridos à longo prazo são maiores que os recursos destinados ao Ativo Circulante.

De acordo com o tipo de atividade operacional de uma organização, há uma preocupação em adquirir dívidas à curto prazo e não a longo prazo, visto que tal ação poderá gerar benefícios imediatos que possam satisfazer às necessidades de curto prazo. Entretanto, recomenda-se que a empresa procure ampliar suas dívidas à longo prazo, reduzindo as de curto prazo, mesmo sendo essa uma tarefa difícil, visto que com a opção por obrigações de longo prazo, a organização poderá planejar-se melhor, investindo adequadamente seus recursos tanto em bens permanentes, quanto em Capital de Giro, e assim apresentando o que pode-se chamar de endividamento de qualidade.

7.1 Principais Deduções do Ativo

A partir das informações geradas pelas atividades operacionais da empresa e registradas na contabilidade, poderemos encontrar contas que reduzirão o montante total do Ativo, sendo estas contas chamadas de Dedutíveis. Como o Ativo é subdividido em Circulante e Não Circulante, veremos as principais contas dedutíveis de cada subgrupo.

Ativo circulante: Na conta Duplicatas a Receber (ou Clientes) encontram-se duas deduções:

- a) A parcela estimada pela empresa que não será recebida em virtude dos maus pagadores, devendo esse valor ser diminuído do total da conta Duplicatas a Receber. A esse valor dedutível, receberá o nome de **provisão para devedores duvidosos**, e seu valor deverá ser registrado com base na expectativa de perda.
- b) A parcela das Duplicatas a Receber que forem negociadas com instituições financeiras (Bancos), com o objetivo de antecipação de recursos financeiros daqueles títulos, deverá ser diminuída da conta de Duplicatas a Receber, e a esse valor diminuído receberá o título de **duplicatas descontadas**.

Ativo não circulante: Já no subgrupo Imobilizado e Intangível, encontram-se as seguintes deduções:

- a) **Imobilizado:** com o passar do tempo, em decorrência do uso, os bens sofrem desgaste e perdem sua capacidade funcional produtiva. Esse desgaste ou perda vai acumulando-se, de forma aproximada, baseado na legislação do Imposto de Renda em seus artigos 305 a 323, no qual são estabelecidas as taxas anuais de desgaste de acordo com a característica do bem permanente. Os valores referentes a essa perda deverão ser registrados em conta específica chamada DEPRECIAÇÃO ACUMULADA, que por sua vez será subtraída do Imobilizado.
- b) **Intangível:** nesse subgrupo, será registrada a perda (parcial ou total) da capacidade dos gastos dessa categoria, em trazer benefícios futuros para a organização. Da mesma forma que o Imobilizado, o Intangível possuem uma vida útil definida, sendo que a perda dessa capacidade de resultados futuros deverá ser registrada em conta específica, dedutível do subgrupo Intangível, classificada como AMORTIZAÇÃO ACUMULADA.

7.2 Principais Deduções do Patrimônio Líquido

Da mesma forma que o Ativo, o Patrimônio Líquido também possui contas que reduzirão o montante total tanto do PL como do Passivo, e que também recebem o nome de Dedutíveis. Como principais contas redutoras do Passivo, podemos destacar:

Patrimônio líquido: Como principais contas, podemos destacar:

- a) Capital Social a Integralizar:** Representa o montante (valores ou bens) investido pelos sócios na sociedade, sendo a parcela não integralizada (não realizada) registrada em conta específica redutora do capital social. Essa conta é denominada CAPITAL A INTEGRALIZAR.
- b) Prejuízos Acumulados:** A partir da vigência da Lei 11.638/07, com a extinção da apresentação do saldo da conta de Lucros Acumulados no Balanço, em havendo resultado positivo da atividade, esse deverá ser destinado à constituição de reservas de lucros ou pagamentos de dividendos. Contudo, no caso de resultado negativo, esse deverá aparecer no Balanço Patrimonial, com o saldo negativo, reduzindo assim o montante do Patrimônio Líquido e do Passivo total. Essa conta será denominada de PREJUÍZOS ACUMULADOS.

Resumo

Através deste capítulo foi possível tratar do capital de terceiros no contexto endividamento de curto e longo prazo. Também foi tratado de contas redutoras, sejam elas de ativo e passivo, sendo essas contas responsáveis por representar a redução do montante total dos grupos patrimoniais principais, em função de perspectivas de valores não recebidos, ou do desgaste de bens, ou ainda pela não realização de investimento de capital próprio ou resultado negativo da atividade operacional.

Atividades de aprendizagem

- Pesquise através da internet ou de relatórios impressos, o balanço patrimonial de empresas que publicam esse demonstrativo contábil, e identifique a composição do endividamento dessa companhia, bem como as contas redutoras de Ativo e Passivo.





Aula 8 – Situação financeira

Nesta aula o aluno será conduzido a sintetizar as contas patrimoniais de uma entidade contábil, dando um sentido financeiro de análise da “situação” patrimonial.

8.1 O que é Balanço Patrimonial?

A palavra balanço decorre do equilíbrio: Ativo – Passivo + Patrimônio Líquido, ou da igualdade: Aplicações = Origens. Parte-se da ideia de uma balança de dois pratos, onde sempre encontramos a igualdade. Mas em vez de se denominar balança (como balança comercial...) denomina-se balanço.

O termo patrimonial tem origem no patrimônio da empresa, ou seja, conjunto de bens, direitos e obrigações. Daí chamar-se patrimonial.

Juntando-se ambas as palavras, obtém-se balanço patrimonial, equilíbrio do patrimônio, igualdade patrimonial. Em sentido amplo, o balanço evidencia a situação patrimonial da empresa em determinada data.

Fonte: Texto extraído do livro – Contabilidade Básica 10ª Edição, José Carlos Marion, p. 61.

8.2 Comentários da estrutura financeira

Ao observar a estrutura de um Balanço Patrimonial ou Demonstrações Financeiras, como queiram interpretar percebe-se três grupos de contas em destaque, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e suas subdivisões também de forma macro como Ativo Circulante e Não Circulante, Passivo Circulante e Não Circulante.

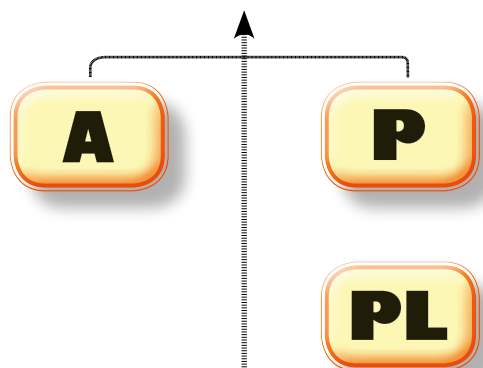


Figura 8.1: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor

Isto faz um grande sentido se olharmos para estes grupos na percepção de investimento ou de investidores.

Para refletir

Onde estão os bens de uma empresa, no Ativo ou no Passivo?
Ou
De onde vieram os recursos financeiros para a aquisição destes bens?

Balanço Patrimonial

ATIVOS
BENS + DIREITOS

PASSIVO
(Capital de Terceiros)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Capital Próprio)

É baseado nestes pontos que começamos a delinear sobre o assunto, o confronto entre o Ativo e Passivo resulta na avaliação da Situação Financeira da empresa.

Tabela 8.1: Balanço Patrimonial Modelo (período de apuração 30 dias)

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2010 EMPRESA MODELO LTDA CNPJ 05.666.777/0001-88			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante	R\$187.162,60	Circulante	R\$114.297,18
Disponível	R\$54.607,37	Fornecedores	R\$60.280,00
Caixa	R\$6.890,23	Icms a Recolher	R\$17.793,60
Bancos	R\$18.358,69	IR a Recolher	R\$1.779,36
Aplicação de Liquidez Imediata	R\$29.358,45		
		Salários a Pagar	R\$12.980,00
Créditos	R\$53.197,23	Encargos Sociais a Recolher	R\$1.352,00
Clientes	R\$45.697,23	Empréstimos Bancários	R\$9.850,00
(-) Prev. Devedores Duvidosos	R\$3.500,00	Contas a Pagar	R\$4.850,00
Adiantamentos	R\$1.200,00		
Aluguel Ant. Janeiro/2011	R\$2.800,00	Pis s/ Faturamento a Recolher	R\$963,82
		Cofins s/ Faturamento a Recolher	R\$4.448,40
Estoques	R\$79.358,00		
Mercadorias para Revenda	R\$79.358,00	Não Circ.	R\$292.805,06
		Financiamentos	R\$258.860,12
Não Circulante	R\$753.333,68	Títulos a Pagar	R\$33.944,94
Realizável a Longo Prazo	R\$37.200,00		
Impostos a Recuperar	R\$3.200,00	Patrimônio Líquido	R\$533.394,04
Adiantamento a Sócios	R\$12.000,00	Capital Social	R\$500.000,00
Empréstimos a Coligadas	R\$22.000,00	Capital Subscrito	R\$500.000,00

		(-) Capital a Integralizar	R\$ -
Investimentos	R\$135.000,00	Reservas de Lucros	R\$ -
Imóveis para Renda	R\$75.000,00	Reserva Legal	R\$ -
Participações Societárias	R\$25.000,00		
Imóveis para Futura Utilização	R\$35.000,00	Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$33.394,04
		Lucros Acumulados (Conta Transitória)	R\$33.394,04
Imobilizado	R\$346.133,68	(-) Prejuízos Acumulados	R\$ -
Veículos	R\$22.350,00		
(-) Depreciação Acumulada	-R\$372,50		
Móveis e Utensílios	R\$7.900,00		
(-) Depreciação Acumulada	-R\$65,83		
Equipamentos Eletrônicos	R\$6.980,00		
(-) Depreciação Acumulada	-R\$116,33		
Edifícios	R\$130.000,00		
(-) Depreciação Acumulada	-R\$541,66		
Terrenos	R\$180.000,00		
Intangível	R\$235.000,00		
Fundo de Comércio	R\$220.000,00		
Marcas	R\$15.000,00		
TOTAL	R\$940.496,28	TOTAL	R\$940.496,28

Fonte: Elaborado pelo autor

8.3 Após conhecer a estrutura financeira

Muito Bem, agora que você já esta na fase de tato com o Balanço Patrimonial existe outro relatório ou peça contábil que você já estudou na Contabilidade que se chama DRE ou Demonstração do Resultado do Exercício.

Tabela 8.2: Demonstração do Exercício Modelo (período de apuração 30 dias)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)			
31/12/2010			
EMPRESA MODELO LTDA			
CNPJ 05.666.777/0001-88			
Receita Bruta			R\$ 148.280,00
Vendas Mercadorias	R\$148.280,00		
(-) Deduções da Receita Bruta			
Vendas Canceladas	R\$ -		
Abatimentos	R\$ -		
Impostos e Taxas			R\$23.205,82
	ICMS s/ Faturamento	R\$17.793,60	
	PIS s/ Faturamento	R\$963,82	
	COFINS S/ Faturamento	R\$4.448,40	

Receita Líquida		R\$125.074,18
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		R\$54.545,45
CMV	R\$54.545,45	
Lucro Bruto		R\$70.528,73
(-) Despesas Operacionais		R\$33.753,91
Despesas de Vendas		R\$7.522,14
Salários	R\$7.522,14	
Comissões	R\$3.761,07	
Propaganda/Publicidade	R\$2.450,00	
Marketing	R\$189,00	
Provisão para devedores Duvidosos	R\$3.500,00	
Despesas Administrativas		R\$16.331,70
Honorários Administrativos	R\$4.500,00	
Salários e encargos	R\$6.980,00	
Aluguéis escritório	R\$2.800,00	
Materiais de Escritório	R\$890,00	
Depreciação	R\$1.096,32	
Assinaturas de Jornais	R\$54,80	
Despesas diversas	R\$10,58	
Lucro Operacional		R\$36.774,82
Receitas Não Operacionais		
	R\$ -	
Despesas Não Operacionais		
	R\$ -	
Lucro Antes do Imposto de renda		R\$36.774,82
Imposto de Renda e Contribuição Social		R\$3.380,78
IRPJ s/ Faturamento	R\$1.779,36	
CSSL s/ Faturamento	R\$1.601,42	
Lucro Depois do Imposto de Renda		R\$33.394,04
Participações		
Empregados	R\$ -	
Administração	R\$ -	
Lucro Líquido		R\$33.394,04

Fonte: Elaborado pelo autor

Algumas definições já devem estar bem claras, como exercícios (traduzidos a um período normalmente de doze meses) normalmente ano civil.

Mas existem períodos nos quais podemos utilizar o DRE como base de análise, como mês ou meses, análise trimestral ou semestral ou anual (caso de um exercício).

Na DRE o aluno já deverá ter observado que existem vários nomes dado a receita e vários grupos de despesas, e isto se traduz em leitura financeira, mas olhando de forma macro, observa-se que temos dois itens: Receitas e Despesas o que resulta no lucro ou prejuízo do período, também conhecido como o resultado econômico.

Observe que em nosso exemplo temos uma receita no mês de R\$148.280,00 e um Lucro Líquido de R\$33.394,04

Para Refletir

Sobre a Estrutura Financeira:

Pergunta. Todas as despesas foram pagas? Todas as Receitas foram recebidas?

A resposta está no princípio da competência que considera receitas e despesas do período independentemente do pagamento das despesas ou do recebimento das receitas.

Nota! Na contabilidade ou no Balanço Contábil não podemos confundir despesas pagas com despesas do período, pois consideramos as despesas do período independentemente de seu pagamento, bem como as receitas independentemente do seu recebimento, é o famoso Princípio da Competência.

Alguns segmentos de mercado com alto giro de seus ativos circulantes poderão ser desconsiderado o regime de competência e utilizar o regime de caixa, no entanto não é aconselhável tendo em vista que o regime de caixa trata apenas de recebimento e pagamento, não levando em consideração despesas não monetárias, como por exemplo, depreciação, perdas involuntárias (estoque) e provisões mensais que possuem reflexos financeiros somente em alguns períodos do ano, como 13º salário.



8.4 Situação Financeira

1. Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo)

- a) Evidencia a situação patrimonial da empresa;
 - 1. Recursos e Aplicações, sendo que o Ativo representa a Aplicação dos Recursos, e o Passivo a Origem dos Recursos.
 - 1. Aplicação dos recursos esta subdividida em itens que possuem giro rápido como por exemplo estoque, clientes, etc.
 - 2. Aplicação dos recursos que não possuem giro ou tem caráter de investimentos permanentes, Equipamentos, terrenos, participação em outras sociedades.
- b) Função de indicador da *Situação Financeira* da Entidade;
 - 1. É possível analisar o confronto entre os grupos do Ativo e os Grupos do Passivo e ter uma base dos indicadores financeiros, balizados pela propriedade dos bens de aplicação (Ativo) e a urgência do pagamento dos recursos (Passivo).
- c) A capacidade de pagamento da empresa.
 - 1. O Simples confronto do Ativo Circulante e Passivo Circulante, grupos que tem a mesma propriedade de aplicação e recursos, poderá ser um indicador financeiro de capacidade de pagamento.
 - 1. Exemplo simplório: Suas despesas mensais versus seu ganho mensal. (Observe que neste momento muitas dúvidas podem surgir, como o que é despesa e investimento), desta mesma forma existem vários indicadores financeiros onde grupos são considerados e outros não, indicadores relevantes ou irrelevantes.

8.5 Ativo Circulante (AC) e Passivo Circulante (PC)

Comparação entre AC e PC propicia uma visão panorâmica da *Situação Financeira* da empresa em curto prazo ou no período do ciclo operacional.

Ativo Circulante (AC)

Disponível

Dinheiro, algumas aplicações de saques imediatos e depósitos em conta bancária.

Estoques - Futuro dinheiro (é necessário vender a vista ou a prazo).

Duplicatas a Receber

Quase dinheiro (possui um tempo após a venda para receber);

Recursos financeiros

Utilizados para fazer às dívidas da empresa, Passivo Circulante, são retirados do Ativo Circulante (caixa e bancos e política de venda a prazo).

Se o Ativo Circulante for menor que o Passivo Circulante

Normalmente a empresa comercial ou industrial terá dificuldade em solver seus compromissos;

Sua Situação Financeira não é boa.

Da relação do Ativo Circulante com o Passivo Circulante obtém-se o índice de Liquidez Corrente.

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Liquidez Corrente, geralmente, ideal é que seja > 1 , isto é, $AC > PC$.

Importante: Outras análises financeiras podem ser elaboradas, procure em qualquer livro de administração financeira um capítulo sobre análise financeira de balanços e poderá observar várias formulas e suas conclusões.

Resumo

Nesta aula observamos os grupos principais das demonstrações financeiras, uma simples comparação dará uma visão da situação financeira da empresa, o compromisso dos bens em circulação versus as obrigações financeiras. Os comparativos podem ser compostos dos mais diversos encontros com o Ativo e Passivo, por exemplo, sem o estoque dependendo da sua rotatividade ou contas a receber, cada empresa tem uma composição patrimonial que deverá ser analisada de forma particular.



Atividades de aprendizagem

- Qual a situação financeira da empresa do nosso Balanço Patrimonial (Empresa Modelo)? Faça um comentário? (páginas: 53 e 54)

Anotações

Aula 9 – Situação econômica

Nesta aula o aluno terá o entendimento da composição do passivo, o que é capital próprio e capital de terceiros, a sua relação e a implicância na situação financeira da empresa.

9.1 Comparação entre fontes de recursos

A comparação Capital de Terceiros com o Capital Próprio revela o grau de endividamento da empresa. Quanto maior for o Capital de Terceiros, maior será o *endividamento* da empresa, ou melhor, mais comprometida a situação financeira.

$(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Patrimônio Líquido}$, revela a composição dos recursos na empresa.

Dada as fontes de recursos da empresa sendo elas próprias ou de terceiros, representados pelo Passivo e Patrimônio Líquido a soma destes recursos é o valor do Ativo, ou seja, o total das aplicações.

Balanço Patrimonial

ATIVOS BENS + DIREITOS	PASSIVO (Capital de Terceiros)
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital Próprio)

9.2 Capital de terceiros

Você neste momento deverá estar imaginando se um funcionário é capital de terceiro, por outro lado este mesmo funcionário trabalha trinta dias e somente após é que estará recebendo pelos seus serviços, logo ele, financiou a empresa neste período e isto caracteriza como sendo um terceiro, pois financia a atividade da empresa.

Outro exemplo mais característico sobre o capital de terceiro se diz respeito aos fornecedores, estes possuem um grau de maior relevância na empresa, pois a política de compra é que define na maioria dos casos a necessidade de capital de giro ou a política de venda.

Assim, cada conta do Passivo Circulante nos mais diversos títulos que tem cunho de financiamento das atividades da empresa em sua essência, é capital de terceiro.

Capital Próprio (Patrimônio Líquido) em relação ao Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante)

O Capital próprio são os recursos iniciais dados pelos sócios, mais os lucros acumulados retidos e outras reavaliações dos bens e direitos, isto definindo de forma sintética.

9.3 Fortalecimento do Patrimônio Líquido x Capital Terceiros

A principal fonte é o lucro – quando a empresa possui um resultado positivo e expressivo, naturalmente que há um fortalecimento no capital uma vez que este for aplicado no Ativo, gera menos dependência de capital de terceiros.

Constante obtenção de resultado positivo

- Contribui para uma situação econômica mais sólida, a constância de aplicações do resultado positivo (lucro), leva a uma menor dependência de capital de terceiros que possui um custo líquido e certo para a empresa no financiamento de suas atividades;
- Não se torna vulnerável a qualquer revés que possa ocorrer no dia a dia;
- Quanto mais composto de capital próprio, menos vulnerável se torna a empresa à oscilações de mercado;
- O oposto também é uma realidade;
- O Prejuízo constante de uma empresa é silencioso, vai diminuindo seus bens se é percebido pelos seus gestores, pode até mesmo estar em uma situação financeira favorável no curto prazo, no entanto ao longo dos anos torna-se inviável pela constância de prejuízos;

Um exemplo simples, mas que ira dar um entendimento exponencial, quando você pega um empréstimo para começar a pagar daqui a seis meses, você

terá capital de sobra em mãos (situação financeira boa), no entanto quando começar a pagar sua dívida e não ganha o suficiente para arcar com a prestação a tendência sua é de endividar-se ou se desfazer de bens para arcar com o compromisso.

Na há dúvida de que o bom e constante lucro será o fator de equilíbrio e fortalecimento da situação econômica da empresa.

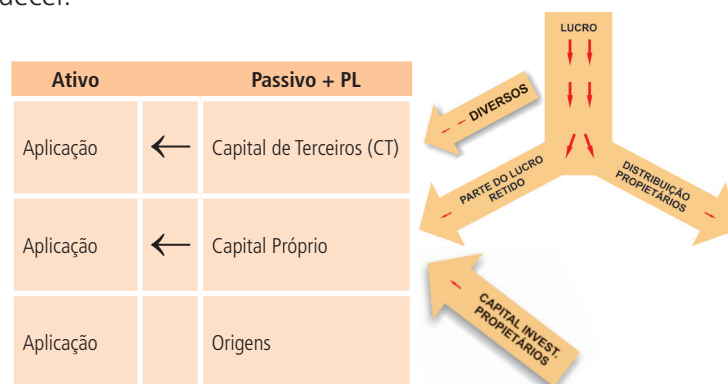
9.4 Lucro

- Todo lucro obtido pela empresa pertence aos proprietários;

Cabe uma pergunta! De quem é a empresa? É obvio que a empresa pertence aos seus proprietários ou proprietário, logo o lucro da empresa pertence aos seus donos, a opção de aplicar parte deste lucro na empresa é dos sócios.

- O lucro não distribuído aos proprietários, fortalece a situação de econômica da empresa, isto é, a empresa se fortalece. Essa parcela se incorpora ao Capital Próprio. Numa situação de continuidade, sem a distribuição, pertence à empresa;

Se o patrimônio líquido apresentar crescimento em proporção menor que o Capital de Terceiros, durante vários períodos, a situação econômica da empresa tende a enfraquecer.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado no modelo de Marion (2009, p.89)

Sem dúvida nenhuma, a principal origem de recursos para as empresa é o lucro obtido no negócio. É importante ficar bem claro que o lucro obtido pela empresa não pertence a ela, mas aos seus proprietários (sócios ou acionistas), pois são eles que correm o risco do negócio.

Resumo

Nesta aula o destaque foi a composição do capital próprio e capital de terceiros para obter uma visão econômica, cada empresa tem uma composição patrimonial que deverá ser analisada de forma particular, tendo em vista que objeto social da empresa é que define sua composição de capital.



Atividades de aprendizagem

- Qual a razão para um funcionário ser considerado Capital de Terceiro e não Capital Próprio na empresa?

Anotações

Aula 10 – Regimes de contabilidade

Nesta aula o foco principal é o Regime de Competência e o Regime de Caixa, é de extrema importância o Administrador desvincular o resultado econômico (lucro contábil) do fluxo financeiro (dinheiro em caixa).

10.1 O caso da *Rolls Royce*

O nome *Rolls Royce* deveria estar sempre no pensamento de todos os empresários, pois quando essa empresa quebrou espetacularmente em 1973, e teve de ser socorrida pelo governo, estava na verdade trabalhando com lucro. Ela apenas não tinha liquidez (não tinha caixa), e os bancos não se dispuseram a emprestar mais. Se isto aconteceu com uma das empresas mais famosas e tradicionais do mundo, pode muito bem facialmente acontecer com sua empresa.

Fonte: Finanças para o pequeno empresário, Cap. 3. p. 84

10.2 Apuração do resultado

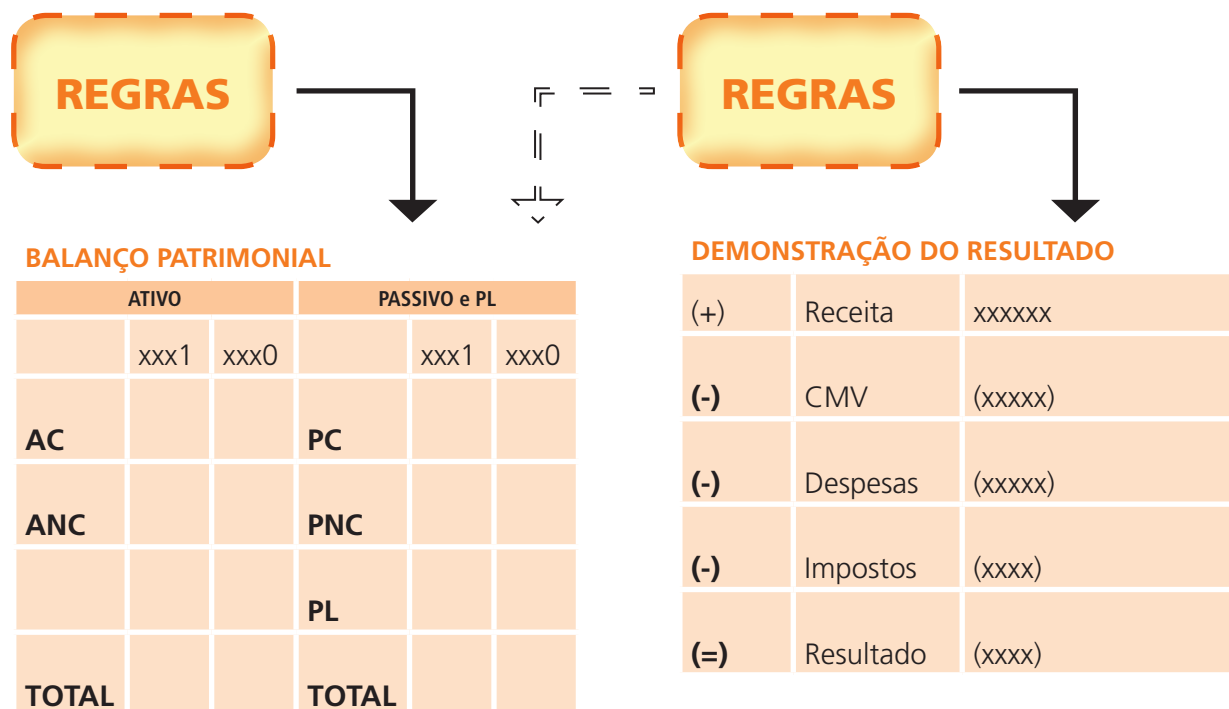


Figura 10.1: Princípios Básicos Contábeis relativos à DRE

Fonte: Marion (2009, p.102)

A cada exercício social (normalmente, um ano) a empresa deve apurar o resultado dos seus negócios. Para saber se obteve lucro ou prejuízo, a contabilidade confronta a receita (vendas) com as despesas. Se a receita foi maior que a despesa a empresa teve lucro. Se a receita foi menor que a despesa, teve prejuízo.

Fonte: Contabilidade básica 10º - Jose Carlos Marion p. 86

A apuração do resultado é realizada de forma independente em cada período, evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício- DRE, ordenado em Receitas e Despesas para facilitar a tomada de decisão.



A Lei das Sociedades por Ações (LSA) estabelece que a escrituração da empresa será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da LSA e aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), devendo observar métodos ou critérios contábeis – consistência – uniformes no tempo e registrar as mudanças do patrimônio segundo o regime de Competência.

De maneira geral, através da apuração do resultado pode-se verificar se o maior objetivo da empresa foi atingido, ou seja, se os benefícios obtidos foram maiores que os sacrifícios realizados.

Tabela 10.1: Exemplo DRE com lucro e prejuízo

DRE		DRE	
Cia Sucesso		Cia Fracasso	
Receita	R\$90 Milhões	Receita	R\$60 Milhões
Despesa	R\$48 Milhões	Despesas	R\$72 Milhões
Lucro	R\$42 Milhões	Prejuízo	R\$12 Milhões

Fonte: Elaborado pelos autores

O tratamento das receitas e despesas no exemplo acima é indiferente quanto sua realização, ou melhor, independentemente se recebeu as vendas (a vista ou a prazo) ou se pagou as despesas (a vista ou a pagar) é considerado para o período a que pertence, vejamos um exemplo para elementar o Regime de Competência (regime contábil) e Regime de Caixa (fluxo financeiro).

10.3 Regime de competência e Regime de caixa

A Empresa Morgados Ltda. vendeu em 2011 R\$40.000,00 e só recebeu R\$24.000,00 (o restante ficou em contas a receber para 2012); teve com despesas incorridas R\$32.000,00 e pagou até o último dia do ano de 2011 R\$20.000,00, o restante ficou em contas a pagar. O resultado contábil e o fluxo financeiro da empresa será:

Tabela 10.2: Resultado contábil e o fluxo financeiro

FATOS	REGIME DE COMPETENCIA	REGIME DE CAIXA
Receita	R\$40.000,00	R\$24.000,00
(-) Despesas	R\$32.000,00	R\$20.000,00
Lucro / Fluxo financeiro	R\$8.000,00	R\$4.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Observe no exemplo acima que o resultado da empresa para o ano de 2011 será de R\$8.000,00 de lucro contábil, balizados pelo Princípio da Competência, quanto ao Regime de Caixa, este dará a informação do saldo ou sobra financeira.

Lembra-se do caso da *Rolls Royce* descrito no início?

10.4 Comparativo dos resultados: Regime de Competência (Regime econômico)

- Receita

A contabilidade considera a receita gerada em determinado exercício social, não importando seu recebimento;

Considera o período em que a receita foi ganha, o fato gerador, não o seu recebimento.

- Despesa

Importa a despesa consumida, incorrida, em determinado período contábil, sendo irrelevante o período de pagamento.

Regime de Caixa (Regime Financeiro)

- Não aceito oficialmente como um regime perfeito;
- Desenvolvido nas empresas como contabilidade auxiliar;
- Adaptado ao livro caixa ou outros processos;
- Valioso instrumento de controle e decisão.
- Receita

Considera a receita do exercício aquela efetivamente recebida dentro do exercício, entrada de dinheiro – encaixe.

- Despesa

Considera a despesa do exercício aquela efetivamente paga dentro do exercício, saída de dinheiro – desembolso.

Resumo

Nesta aula o aluno teve um comparativo entre os dois regimes de apuração de resultado, e deverá levar consigo que a sobra financeira ou o saldo de caixa não corresponde ao lucro, mas serve de instrumento no auxílio da gestão financeira, não podendo dispensar os princípios contábeis para a tomada de decisão mais apropriada e pautada nos fundamentos científicos.



Atividades de aprendizagem

- Se a empresa *Rolls Royce* estava obtendo lucro, qual era o um de seus problemas de gestão?

Aula 11 – Um comparativo entre DRE e DFC

Esta aula tem o objetivo de levar ao aluno um comparativo prático onde elementa o resultado econômico, suas propriedades e o fluxo financeiro, e a sobra de caixa.

11.1 Enfoques de tratamento para a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Fluxo de Caixa

De maneira geral a DFC é tratada como um fluxo financeiro, tratando especificamente a movimentação do dinheiro no disponível (caixa e bancos).

A DRE, para fins didáticos, é tratada como um fluxo econômico. Rigorosamente, deveríamos tratar como um fluxo contábil; entretanto, comumente, podemos chamar de fluxo econômico.

A ideia de econômico neste caso, é que afeta o patrimônio em determinado momento e não afeta o caixa simultaneamente.

Um caso clássico é a depreciação que é subtraída no fluxo econômico (DRE), por se tratar de um consumo de ativo (reduz o potencial produtivo do bem pelo uso), mas não é deduzida no fluxo financeiro (DFC), pois não se trata de um desembolso, saída de dinheiro do caixa.

Tabela 11.1: Comparação entre Fluxo Econômico e Fluxo Financeiro

Fluxo Econômico (contábil)	Fluxo Financeiro (monetário)
(+) Receita Gerada (mesmo que não tenha recebido)	(+) Receita Recebida (entrou no caixa)
(-) Despesas sacrificada (mesmo que não tenha pago)	(-) Despesas paga (saiu do caixa)
(=) Resultado Econômico (DRE)	(=) Resultado Financeiro (DFC)

Fonte: Contabilidade Básica 10ª Edição – Jose Carlos Marion, p. 110 e 111

11.2 Estudo de caso

Uma companhia marítima comprou e reformou o navio por R\$100 milhões, com uma autorização de uso por 10 anos, sendo que, ao concluir esse período, o navio deveria ir para o “cemitério de navios”, já que normas internacionais impediam sua continuidade.

De maneira bem simples poderíamos dizer que o Balanço Patrimonial foi sintetizado em:

Tabela 11.2: Balanço Patrimonial

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo Não Circulante		Patrimônio Líquido	
Imobilizado		Capital Social	
Navio	R\$100.000,00	Grupo de Investidores	R\$100.00,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Tendo acesso à Demonstração dos Fluxos de Caixa do primeiro ano do navio, também de forma sintética, constatou-se:

Tabela 11.3: DFC - Companhia Marítima

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
(+) Receitas Recebidas	R\$56.790.400,00
(-) Despesa Paga	R\$48.990.400,00
= Resultado Financeiro	R\$7.800.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Aparentemente, o resultado financeiro foi excelente, produzindo um acréscimo de caixa relevante. Há motivos para comemoração? Não.

Vejamos o resultado econômico:

Tabela 11.4: Resultado econômico

DRE – DEMONSTRAÇÃO RESULTADO ECONOMICO	
(+) Receitas	R\$56.790.400,00
(-) Despesa	R\$48.990.400,00
(-) Depreciação	R\$10.000.000,00 (100.000.000 / 10 anos)
= Prejuízo	(R\$2.200.000,00)

Fonte: Elaborado pelos autores

A depreciação é uma despesa. Representa um ativo que perdeu em 10% a sua capacidade de trazer benefícios. O navio tem uma vida útil de dez anos e, portanto, deveremos distribuir dez parcelas de despesa nesse período.

O raciocínio é bem simples: se alugássemos, não teríamos que subtrair tal despesa a cada ano? A depreciação é equivalente. A diferença é que a depreciação é um fato econômico (no momento não há saída de dinheiro do caixa), enquanto aluguel é financeiro (há saída de dinheiro do caixa).

11.2.1 Conclusão do estudo de caso

A conclusão se permanecer neste faturamento anual baseado no fluxo de caixa é que em dez anos a empresa terá um prejuízo acumulado de R\$22.000.000,00, portanto a decisão deverá ser tomado pelo Balanço Contábil e não pelo fluxo financeiro, as razões foram expostas acima, no entanto deverá sempre observar qual o seu segmento de mercado.

Após o primeiro ano teríamos um Balanço Patrimonial nos moldes a seguir:

Tabela 11.5: Balanço Patrimonial - Estudo de Caso Companhia Marítima

ATIVO		PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	
Circulante		Circulante (não há, todas as despesas foram pagas a vista)	
Caixa	R\$7.800.000,00		
Não Circulante		Não Circulante (não há, dividas de longo prazo)	
Imobilizado			
Navio	R\$100.000.000,00		
(-)Depreciação	(R\$10.000.000,00)		
		Patrimônio Liquido	
		Capital Social	R\$100.000.000,00
		Prejuízo	(R\$2.200.000,00)
Total	R\$97.800.000,00	Total	R\$97.800.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Observe que no Balanço Patrimonial a origem do prejuízo veio do resultado econômico (DRE), enquanto que o saldo de caixa é um bem patrimonial e teve a origem do fluxo de caixa (saldo de caixa).

Importante: Normalmente o resultado do regime de Competência é diferente daquele apurado pelo Regime de Caixa.

- Observações a cerca do Regime de competência
- Realização (reconhecimento) da Receita;
- Confrontação das Despesas.

Etapas

1º passo

Define-se o momento do reconhecimento da Receita (Princípio da Realização da Receita);

2º passo

Período – exercício social – a que a receita pertence (Regime de Competência);

3º passo

Associa-se todas as despesas sacrificadas, no período, com a receita reconhecida e apura-se o resultado (Princípio da Confrontação das despesas).

Resumo

Nesta aula o aluno observou o quanto é importante a equiparação entre os dois regimes de apuração de resultado, concluindo-se portanto que o lucro não é o saldo de caixa. Para apuração do resultado econômico, deverão ser consideradas despesas não monetárias, como por exemplo a depreciação, pertencendo esta despesa ao rol das ciências contábeis, utilizadas pelas demonstrações existentes.

Atividades de aprendizagem

- Se uma empresa tiver receita de \$10 milhões no período (sendo que apenas 60% foi recebido) e despesa totalizando 8 milhões (sendo que 6 milhões já foram pagos), apure os resultados pelos dois regimes (Competência e Caixa)?

Aula 12 – Demonstração do resultado exercício

Levar ao aluno a conhecer a estrutura contábil na apuração do Resultado, a descrição de cada grupo de Receita e Despesa balizados pelos Princípios contábeis.

12.1 Leis relacionadas

É importante destacar que as classificações por grupos obedecem a Lei nº 6.404/76 e Lei 11.941/09, segundo os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade:

Nota: Para a elaboração da *DRE* abaixo, foi obedecido os seguintes princípios contábeis:

1. Princípios contábeis utilizados;
 2. Princípio da Realização da Receita;
 3. Princípio da Confrontação da Despesa com a Receita;
- **Regra geral:**
 - a) Por meio desses princípios, observa-se que o resultado só é reconhecido no momento da venda.
 - b) Relaciona-se o Regime de Competência com Receita ganha e Despesa consumida.
 - c) Na Contabilidade pode-se classificar as contas em apenas duas demonstrações:

Na *DRE*, se for Despesa consumida (utilizada), ou Receita ganha (gerada) com o bem ou serviço transferido.

Tabela 12.1: Demonstração do Resultado do Exercício (Modelo)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) 31/12/2010 EMPRESA MODELO LTDA CNPJ 05.666.777/0001-88			
Receita Bruta			R\$148.280,00
Vendas Mercadorias	R\$ 148.280,00		
(-) Deduções da Receita Bruta			
Vendas Canceladas	R\$ -		
Abatimentos	R\$ -		
Impostos e Taxas			R\$23.205,82
	ICMS s/ Faturamento	R\$ 17.793,60	
	PIS s/ Faturamento	R\$963,82	
	COFINS S/ Faturamento	R\$4.448,40	
Receita Líquida			R\$125.074,18
(-) Custo das Mercadorias Vendidas			R\$54.545,45
CMV		R\$54.545,45	
Lucro Bruto			R\$70.528,73
(-) Despesas Operacionais			R\$33.753,91
Despesas de Vendas			R\$17.422,21
	Salários	R\$7.522,14	
	Comissões	R\$3.761,07	
	Propaganda/Publicidade	R\$2.450,00	
	Marketing	R\$189,00	
	Provisão para devedores Duvidosos	R\$3.500,00	
Despesas Administrativas			R\$16.331,70
	Honorários Administrativos	R\$4.500,00	
	Salários e encargos	R\$6.980,00	
	Aluguéis escritório	R\$2.800,00	
	Materiais de Escritório	R\$890,00	
	Depreciação	R\$1.096,32	
	Assinaturas de Jornais	R\$54,80	
	Despesas diversas	R\$10,58	
Lucro Operacional			R\$36.774,82
Receitas Não Operacionais			
		R\$ -	
Despesas Não Operacionais			
		R\$ -	

Lucro Antes do Imposto de renda			R\$36.774,82
Imposto de Renda e Contribuição Social			R\$3.380,78
	IRPJ s/ Faturamento	R\$1.779,36	
	CSSL s/ Faturamento	R\$1.601,42	
Lucro Depois do Imposto de Renda			R\$33.394,04
Participações			
	Empregados	R\$ -	
	Administração	R\$ -	
Lucro Líquido			R\$33.394,04

Fonte: Elaborado pelos autores

12.2 Descrição dos Principais Grupos da DRE

12.2.1 Receita Bruta de Vendas

Evidencia o valor das receitas decorrentes da atividade principal da empresa.

Ex.: Vendas de Mercadorias, Vendas de Produtos, Receitas de Serviços.

12.2.2 Deduções de Vendas

Compõem as deduções as contas de Devoluções de Vendas, Descontos Incondicionais e Impostos incidentes sobre as Receitas de Mercadorias, Serviços e Produtos. As Devoluções de Vendas não devem ser confundidas com o cancelamento de vendas. Os Descontos Incondicionais normalmente são concedidos em função de avarias ocorridas nas mercadorias. Os impostos considerados para efeito de deduções de vendas e serviços são os que guardam proporcionalidade com o preço das vendas ou dos serviços prestados. Ex.: ICMS s/Vendas, PIS, COFINS, ISS.

12.2.3 Receita Líquida de Vendas

É a diferença entre a Receita Bruta de Vendas e as Deduções de Vendas.

12.2.4 Custo das Mercadorias Vendidas ou dos Produtos Vendidos ou dos Serviços Prestados

A apuração do Custo de Mercadorias Vendidas está diretamente relacionada aos estoques da empresa, pois representa o custo da baixa efetuada nas contas de estoques por vendas realizadas no período.

Sistema de contabilidade de custos é utilizado nas empresas industriais, pelo fato da complexidade de apuração dos custos dos produtos vendidos.

Nas empresas prestadoras de serviços são apropriados como custos aqueles que se relacionam diretamente e são indispensáveis para a obtenção da receita oriunda dos serviços prestados.

12.2.5 Lucro Bruto

É a diferença entre a Receita Líquida de Vendas e o Custo das Mercadorias Vendidas ou dos Produtos Vendidos ou dos Serviços Prestados.

12.2.6 Despesas e Receitas Operacionais

Despesas Operacionais são aquelas pagas ou incorridas para vender mercadorias ou produtos, ou para prestar os serviços, e administrar a empresa. Os componentes dessas Despesas e Receitas Operacionais são: despesas com vendas, despesas administrativas, despesas financeiras, receitas financeiras, e outras receitas e despesas operacionais.

As despesas com vendas representam os gastos de promoção, colocação e distribuição de mercadorias, produtos ou serviços da empresa, bem como os riscos assumidos pela venda.

Ex.: despesas de pessoal da área de vendas, marketing, distribuição, aluguel da área de vendas.

As despesas administrativas são os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da empresa, e representam as mais variadas atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou seu objeto social. Ex.: material de escritório, honorários da administração, salários e encargos do pessoal administrativo, etc.

As despesas financeiras são as que não estão ligadas diretamente ao objeto da empresa, são as acessórias, de acordo com a sua necessidade ela utiliza de recursos financeiros para a consecução de sua atividade. Ex.: juros pagos, descontos financeiros concedidos, tarifas bancárias.

As receitas financeiras são bem parecidas com as despesas financeiras, pois, mesmo não estando ligadas ao objeto da empresa, são acessórias à medida que surgem excessos de recursos financeiros. Ex.: descontos financeiros recebidos, juros recebidos, rendimentos de aplicações financeiras.

Outras receitas e despesas operacionais são os resultados decorrentes de participações em outras sociedades. Ex.: resultado da equivalência patrimonial, dividendos recebidos, etc.

12.2.7 Lucro ou Prejuízo Operacional

É a diferença entre o Lucro Bruto e as Despesas e Receitas Operacionais.

12.2.8 Receitas Não-Operacionais

São classificados nesse subgrupo os ganhos de capital, decorrentes da alienação de bens do Ativo Permanente por valor superior ao resultado líquido representado pela diferença entre o custo do bem e o valor da venda líquido contábil.

12.2.9 Despesas Não-Operacionais

São classificadas nesse título as perdas de capital, apuradas nas vendas de bens do Ativo Permanente por valor inferior ao resultado líquido representado pela diferença entre o custo do bem e o valor da venda líquido contábil.

12.2.10 Contribuição Social

A contribuição social sobre o lucro das empresas é uma fonte de recursos prevista no art. 195 da Constituição Federal, para atender ao programa de seguridade social. Ela deve ser apresentada na demonstração do resultado do exercício junto com a despesa de Imposto de Renda, apresentando-se cada uma das parcelas (IRPJ e CSLL) separadamente.

12.2.11 Provisão para Imposto de Renda

Por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis, a empresa deverá constituir a provisão para Imposto de Renda, com base no lucro real, presumido ou arbitrado, de acordo com as instruções baixadas pela Secretaria da Receita Federal.

12.2.12 Resultado Antes das Participações

É a diferença entre o Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda e a despesa com Contribuição Social e a Provisão para Imposto de Renda.

12.2.13 Participações

De acordo com os termos estabelecidos pelo estatuto de cada empresa serão determinadas parcelas do lucro distribuídas a determinados favorecidos,. Ex.: empregados, administradores, partes beneficiárias e participações sobre os lucros atribuídas a debêntures.

12.2.14 Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício

É a diferença apurada entre o Resultado Antes das Participações e as Participações.

12.2.15 Lucro ou Prejuízo por Ação

A indicação do montante do lucro ou prejuízo por ação do capital é feita através do Art. 187 da Lei nº 6.404/76, item VII. O Lucro ou Prejuízo por Ação é apurado mediante a divisão do Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício pelo número de ações em circulação. Ações em circulação são aquelas em poder dos acionistas exceto as ações ainda não integralizadas e as ações em tesouraria.

Nota: Na administração dos recursos escassos disponíveis na empresa, a gerência pode ou não ser eficiente. O sucesso dessa gestão, sem dúvida, será medido comparando-se o resultado do exercício (obtido pela Demonstração do Resultado do Exercício) com o montante aplicado no Ativo e/ou com o capital investido pelos proprietários (patrimônio líquido).

Resumo

Nesta aula o aluno pode observar que os princípios contábeis balizam de maneira científica o resultado de uma empresa, embora não sendo um resultado exato mas aproximado da realidade, de maneira que bem observados e cuidadosamente elaborados dão as respostas necessárias do desempenho da empresa.



Atividades de aprendizagem

- Qual foi em percentual o Resultado do Exercício em comparação com a Receita Bruta da empresa?

Aula 13 – Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados

O objetivo dessa aula é entender o significado mais claro da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, qual a destinação do lucro da organização e de que forma deve ser apresentada a DLPA.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é um demonstrativo obrigatório para algumas sociedades, podendo ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Mas primeiramente, devemos entender o que significa Lucros Acumulados.

Lucros Acumulados significam os lucros retidos remanescentes, que não foram distribuídos aos sócios, e que não possuem um destino certo, podendo ser destinados para Reservas ou Aumento de Capital Social. Esta conta deverá ser representada no lado direito do balanço patrimonial, no grupo do passivo, subgrupo do Patrimônio Líquido e a natureza dessa conta é credora.

A DLPA é uma demonstração dinâmica, sendo que ela no início do exercício social apresenta um saldo inicial, podendo sofrer acréscimos e reduções ao longo desse mesmo exercício social, e ao final do exercício social, apresentará o seu saldo final. Para a elaboração da Demonstração de Lucros, após a apuração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o saldo do exercício (Lucro ou Prejuízo) servirá de base para a elaboração da DLPA.

Além do saldo inicial e final da conta de Lucros durante o exercício social, outras informações importantes devem ser consideradas na elaboração da DLPA. A partir do resultado da organização, do Lucro Líquido apurado pela DRE, o passo seguinte é a distribuição desse lucro e em consequência, representar essas informações através da DLPA.

Vamos exemplificar essa situação, admitindo que uma empresa tinha um saldo na conta de lucros ao final de 20x8 de R\$2.000,00; durante o ano de 20x9 ela obteve um resultado de R\$5.850,00 de Lucro Líquido e efetuou uma distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$650,00. De forma simplificada, a DLPA será:

Tabela 13.1: Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DLPA em 31/12/20x9	Saldo em R\$
Saldo em 01.01.20x9	2.000,00
(+) Lucro Líquido do Exercício	<u>5.850,00</u>
Saldo Disponível	7.850,00
(-) Dividendos distribuídos	<u>(650,00)</u>
= Saldo em 31.12.20x9	7.200,00

Fonte: Marion (2009, p.429)

Dessa forma, podemos esclarecer a variação de Lucros Acumulados apresentados no Balanço Patrimonial, pelos saldos no início e fim do período, havendo um lucro no exercício de R\$5.850,00, e uma distribuição de dividendos de R\$650,00. Portanto, junto ao saldo inicial, acumulou-se R\$5.200,00 resultantes do lucro não distribuído, e não destinado a outras finalidades.

13.1 Estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

A estrutura da DLPA tem por objetivo demonstrar a destinação ou retenção do lucro, e o resultado final da conta Lucros ou Prejuízos que será representada no Balanço.

Tabela 13.2: Estrutura da DLPA

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	Saldo em \$
CIA Delta	
Saldo em 31.12.20x8 (ou saldo Inicial em 01.01.20x9)	
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	
(+) Reversões de Reservas	
(+) Lucro Líquido do Exercício de 20x9	
= SALDO DO LUCRO DISPONÍVEL	
Proposta da Administração p/Destinação do Lucro	
(-) Reserva Legal	
(-) Reserva Estatutária	
(-) Reserva para Contingências	
(-) Reserva Orçamentária (para expansão)	
(-) Reserva de Lucros a Realizar	
(-) Dividendos Distribuídos	
= Saldo em 31.12.20x9	

Fonte: Baseado no modelo de Marion (2009, p.431)

A estrutura da DLPA começa pelo saldo de Lucros Acumulados apresentados no último Balanço Patrimonial. No nosso balanço, é o saldo em 31.12.20x8 ou o inicial em 01.01.20x9. A partir daí, serão representados aos ajustes de exercícios anteriores. De acordo com a legislação contábil, serão considerados apenas ajustes os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro não aplicável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Fonte: (MARION, 2009, p.432)

Como efeitos de mudança de critério contábil, temos os seguintes exemplos:

- a)** Avaliação de Estoques – Passa do método PEPS para Preço Médio ou vice-versa.
- b)** Regime de Contabilidade – Passa de Regime de Caixa para de Competência.
- c)** Avaliação de Investimento – Passa do Método de Custo para o de Equivalência Patrimonial.

Tais mudanças deverão ser ajustadas ao saldo de Lucros Acumulados, e nunca ao Resultado do Exercício. Esta medida é para não haver uma influência no Lucro Líquido do Exercício.

Após os ajustes, deverão ser consideradas as Reversões de Reservas. Uma vez que em um período contábil anterior, houve uma constituição de reserva e esta por sua vez, não foi utilizada, poderá ser reincorporada ao lucro novamente. Os casos mais comuns são as Reservas de Lucros a Realizar e Reservas para Contingências, que são constituídas (são reduzidas) de Lucros Acumulados e em outros períodos futuros, retornam de forma normal, sendo adicionadas à conta de Lucros Acumulados.

A seguir, será relacionado na DLPA, o saldo do Lucro Líquido do Exercício em que se está apurando o Balanço Patrimonial. A DRE será responsável por determinar o resultado líquido (Lucro ou Prejuízo), já deduzidos o Imposto de Renda e as Participações, e este saldo fará parte da DLPA.

Uma vez que utilizou-se o saldo inicial da conta de Lucros, foram relacionados aos ajustes necessários e relacionado o resultado líquido do ano da apuração, será representado um Saldo Disponível antes das destinações es-

tabelecidas pela Administração da empresa.

Após o Saldo Disponível, através da Proposta da Administração de Destinação do Lucro, serão feitas as aplicações estabelecidas em Assembleia Geral para o Lucro. Os órgãos administrativos, na proposta sobre a destinação de lucro apresentada na DLP, constituem reservas baseadas nos estatutos da empresa e na Lei das S.A.'s. Essas reservas originadas do Lucro Líquido do Exercício são chamadas de Reservas de Lucros.

De acordo com a Lei das S.A.'s, a transferência do Lucro para Reservas de Lucros obedecerá como critérios e características de constituição:

- a) Reserva Legal** – Do Lucro Líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social. Essa reserva também fará parte do Patrimônio Líquido;
- b) Reservas Estatutárias** – São as reservas previstas em estatuto. O estatuto poderá criar reserva, desde que para cada uma indique de modo preciso e completo a finalidade, fixe os critérios para determinar a parcela anual dos Lucros Acumulados para sua constituição, e estabeleça o limite máximo de Reservas.
- c) Reservas para Contingência** – Tem como finalidade a compensação em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
- d) Reserva Orçamentária** – (Reserva de Lucros para Expansão ou Lucros) ou Lucros Retidos – Parte do Lucro Líquido poderá ser retido para crescimento da empresa quando prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.
- e) Reservas de Lucros a Realizar** – Constituída com a característica de perspectiva de lucros futuros, já que ainda não houve a realização do Lucro. Assim, será optativo a sua redução do Lucro Líquido do Exercício (para cálculo do lucro a ser distribuído como dividendos), sendo revertida (somada ao lucro) em exercícios futuros, em que houver realização financeira, ou lucro de fato. Há duas principais fontes de Lucros a Realizar: Aumento do Valor de investimentos em empresas coligadas e controladas, e o Lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilizações

de Ativos e Passivos pelo valor de mercado, cuja realização financeira aconteça após o término do exercício social seguinte.

- f) Dividendos** – É a parte do Lucro que destina-se aos acionistas da companhia, sendo que com o advento da nova Lei 11.638/2007, deverão ser observados os Dividendos Mínimos Obrigatórios, com o objetivo de proteger os acionistas, principalmente os minoritários. A parcela de distribuição em forma de dividendos deverá ser definida em estatuto como porcentagem do Lucro ou do Capital Social. Em caso de omissão do estatuto, os acionistas terão direito de receber como Dividendo Obrigatório a metade do Lucro Líquido Ajustado, calculado da seguinte forma:

Lucro Líquido do Exercício

(-) Quota destinada a Constituição de Reserva Legal
(-) Importância destinada a constituição de Reservas para Contingências
(+) Reversão de Reservas para Contingências formadas em exercícios anteriores
= Lucro Líquido Ajustado (para efeito de cálculo de Distribuição por Omissão do Estatuto)

Veremos um exemplo de elaboração de DLPA, a partir de informações geradas pelos registros contábeis:

Elabore a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Empresa Comercial Delta Ltda., referente ao período encerrado em 31/12/20x8, com base nas informações seguintes:

- a)** Foram distribuídos dividendos no valor de R\$350,00;
- b)** Houve reversão de Reserva de Contingência no valor de R\$470,00;
- c)** Foi constituída a Reserva Estatutária no valor de R\$215,00;
- d)** O saldo da conta de Lucros Acumulados em 31/12/20x7 era de R\$1.900,00;
- e)** Constituição de Reserva de Lucros a Realizar, para Aumento do Capital, no valor de R\$1.200,00;
- f)** Ajuste positivo do Exercício Anterior no valor de R\$2.195,00;
- g)** Foi apurado o Resultado do Exercício como Lucro em 20x8 no valor de R\$865,00.

A partir dessas informações, foi elaborada a DLPA

Tabela 13.3: Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados- Empresa Comercial Delta Ltda.- 31/12/20x8

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados CIA Delta	Saldo em \$
Saldo em 31.12.20x7 (ou saldo Inicial em 01.01.20x8)	1.900,00
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	2.195,00
(+) Reversão de Reserva de Contingência	470,00
(+) Lucro Líquido do Exercício de 20x8	<u>865,00</u>
= SALDO DO LUCRO DISPONÍVEL	5.430,00
Proposta da Administração p/Destinação do Lucro	
(-) Reserva Estatutária	215,00
(-) Reserva de Lucros a Realizar	1.200,00
(-) Dividendos Distribuídos	<u>350,00</u>
= Saldo em 31.12.20x8	3.665,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Resumo

Nesse capítulo foi possível verificar que a partir do resultado apurado pela Demonstração do Resultado do Exercício, a DLPA é um relatório contábil responsável pela demonstração da apuração do Líquido Líquido da companhia a partir do seu saldo inicial no exercício social, sofrendo aumentos e reduções durante a sua elaboração, chegando ao resultado final o Lucro ajustado, a partir do que a legislação contábil determina.



Atividades de aprendizagem

- Com base nas informações contábeis, elabore a DLPA da empresa XYZ Comércio Ltda., encerrada em 20x7:
 - a) Houve reversão de Reserva de Legal no valor de R\$1.070,00;
 - b) Foram distribuídos dividendos no valor de R\$570,00;
 - c) O saldo da conta de Lucros Acumulados em 31/12/20x6 era de R\$2.900,00;
 - d) Foi constituída a Reserva Estatutária no valor de R\$650,00;
 - e) Constituição de Reserva de Lucros para Aumento do Capital futuro, no valor de R\$2.200,00;
 - f) Foi apurado o Resultado do Exercício como Lucro em 20x7 no valor de R\$1.000,00.
 - g) Ajuste negativo do Exercício Anterior no valor de R\$1.300,00.

Aula 14 – Demonstração do Fluxo De Caixa (DFC)

Nesta aula o aluno será conduzido a obter um conhecimento de que o fluxo de caixa é um instrumento financeiro e extremamente útil para a tomada de decisão, no entanto não poderá ser o único relatório a ser considerado para a empresa.

14.1 Uma breve palavra sobre Fluxo de Caixa

O termo “caixa” expresso no demonstrativo tem um sentido bem mais genérico do que o expresso pela conta respectiva.

Na realidade, esse termo engloba todas as “disponibilidades monetárias” da empresa, quer se encontrem sob a forma de dinheiro, de saldo bancário ou até mesmo de aplicações financeiras de livre movimentação os “equivalentes de caixa”, ou seja, engloba todos aqueles recursos financeiros dos quais a empresa pode lançar mão para efetuar pagamentos de despesas ou de compromissos.

Todo mundo tem seu fluxo de caixa. Por mais simples que uma pessoa seja, ela tem de memória quanto entrou de dinheiro no mês e quanto saiu, quanto foi gasto. Até uma criança que ganha mesada sabe seu fluxo financeiro.

Algumas pessoas mais organizadas têm seu fluxo de caixa através do extrato bancário ou do cartão de crédito, ou ainda fazem anotações em sua agenda, e, em alguns casos, montam uma planilha em seu laptop.

Uma dona-de-casa, além de ter, nem que seja na memória, seu fluxo de caixa, vai mais longe: projeta seu fluxo de caixa (orçamento financeiro) para saber quanto ela pode gastar até o final do mês.

Entre as três principais razões de falências ou insucessos de empresas, uma delas é a falta de planejamento financeiro ou a ausência total de fluxo de caixa e a previsão de fluxo de caixa (projetar as receitas e as despesas da empresa).

14.2 Objetivo Básico da DFC

O Objetivo básico deste demonstrativo é disponibilizar informações sobre as entradas e saídas de numerários em determinado período.

As informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizadas em conjunto com os demais demonstrativos contábeis, podem auxiliar os seus usuários – empresários, administradores, investidores, credores etc. a:

- Avaliar a geração futura de caixa para o pagamento de obrigações, de despesas correntes e de lucros ou dividendos aos sócios;
- Identificar as futuras necessidades de financiamento;
- Compreender as possíveis diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais;
- Evidenciar o efeito das operações e das transações de investimentos e financiamentos sobre a posição financeira da empresa.

14.3 Informações de períodos anteriores

Somente com o conhecimento do que ocorreu no passado será possível uma razoável projeção do fluxo de caixa para o futuro *(uma semana, um mês, um trimestre etc.).

A comparação *a posteriori* do que foi orçado com o que realmente ocorreu evidencia possíveis erros nas previsões e fornece valioso subsídio para o aperfeiçoamento de novas projeções dos fluxos de caixa.

14.4 Por que a Contabilidade no Brasil dá pouco valor ao FC

Ainda que nos EUA seja o relatório preferido, mais utilizado, no Brasil é uma demonstração quase desprezada. A maioria dos Escritórios de Contabilidade que presta serviços às Micro e Pequenas empresas (em torno de 90% das empresas brasileiras) não faz a DFC, comprometendo o sucesso gerencial de seus clientes.

Uma das razões é a cultura do empresário brasileiro que não gosta de revelar a origem e uso do seu dinheiro, entendendo que é uma informação de foro íntimo. Aliás, ninguém gosta de prestar contas (até mesmo para a esposa) de onde foi gasto seu dinheiro.

Outra razão é que a DFC não é um relatório obrigatório por lei no Brasil (ao contrário dos EUA), não se exigindo da classe contábil sua elaboração.

Por outro lado, sem fluxo de caixa fica quase impossível projetar, planejar financeiramente. Sem orçamento (planejamento financeiro) é impossível ter uma administração sadia.

Fonte: Texto extraído do Livro "Contabilidade Básica" 10ª Edição – Jose Carlos Marion, p. 110.

Com o advento da informática e sistemas mais acessíveis de controles gerenciais ficam fáceis as empresas de médio e pequeno porte controlar internamente os elementos patrimoniais mais explícitos da empresa, como as contas a receber, contas a pagar, caixa e bancos. Com o controle financeiro destes elementos, já é possível elaborar um fluxo de caixa de maneira simples e rápida.

Outros elementos devem ser controlados, principalmente os estoques nas empresas comerciais, sendo que o controle dos cinco elementos principais que são: caixa, banco, clientes, contas a pagar (incluindo fornecedores) e estoque, é possível criar um ambiente de gerência da empresa de maneira a compor um Balanço Patrimonial e suas variantes analíticas.

Resumo

A leitura do demonstrativo do fluxo de caixa é de extrema importância para a vida financeira da empresa, e a aplicação e a boa gestão dos disponíveis deve fazer parte da administração da empresa como a gestão dos custos e despesas por ela vivenciada.

Atividades de aprendizagem

- O Fluxo de caixa ou o saldo de caixa poderá ser considerado lucro de uma empresa? Justifique sua resposta.





Aula 15 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Especificamente nesta aula, vamos tratar de compreender a Demonstração do Valor Adicionado, relatório este gerado para demonstrar a riqueza criada por uma empresa.

A Demonstração do Valor Adicionado, também chamada de Demonstração do Valor Agregado, é o relatório contábil que tem como característica principal evidenciar as informações relativas ao desempenho econômico e social da empresa, para a sociedade em geral. Este demonstrativo visa dar informações tais como: gastos com treinamento de funcionários, benefícios sociais espontâneos, etc.

Sendo um relatório muito comum em países da Europa, o Valor Adicionado (ou Valor Agregado) procura apresentar de que forma os recursos empresariais estão sendo aplicados a partir das receitas obtidas.

Se do total das vendas da empresa, subtrairmos todas as compras de bens e serviços, teremos o valor dos recursos que a empresa gera para pagar salários, impostos, juros e ainda reinvestir em seu negócio. Estes recursos financeiros levam-nos a compreender o montante de valor que a organização agrega (adiciona) como consequência de sua atividade. Desta forma, o Valor Agregado representa o PIB (Produto Interno Bruto) da empresa. A soma de todos os valores agregados das empresas daria o PIB do país.

De acordo com a Lei 11.638/2007, a elaboração da DVA passou a ser obrigatória para as companhias abertas (vendem suas ações na bolsa de valores). A mesma lei determina que as organizações deverão evidenciar o valor da riqueza obtida, e sua aplicação em valores que contribuíram para a obtenção desta riqueza, tais como empregados, acionistas, governo, financiadores e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Em uma comparação entre a Demonstração do Resultado do Exercício e a DVA, enquanto esta indica a riqueza gerada destinada a terceiros e o lucro líquido, aquela evidencia a riqueza criada que permanece na empresa na forma de lucro líquido.

Para um estudo mais detalhado, recomendamos a leitura da resolução do Conselho Federal de Contabilidade, No. 1.010/2005, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade T 3.7, responsável pela normatização de elaboração da DVA.

15.1 Estrutura da DVA

A partir da resolução do CFC 1.010/2005 e da Norma Brasileira de Contabilidade T 3.7, podemos elaborar a seguinte estrutura para a DVA.

I. Geração do valor adicionado

1. Receitas (itens a somar)

- Receita Bruta (mercadorias, produtos e serviços prestados)
 - (-) Devoluções de Vendas
 - (-) Descontos incondicionais concedidos
- Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos
- Resultado Não Operacional

2. Insumos adquiridos de terceiros (itens a subtrair)

- Material de Expediente
- CMV (Custo das Mercadorias Vendidas), CPV (Custo dos Produtos Vendidos), CSP (Custo dos Serviços Prestados)
- Serviços de Terceiros
- Energia, Água, Gás, Telefone, etc.

3. Retenções (itens a subtrair)

- Depreciação
- Amortização
- Exaustão

4. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (+1 -2 -3)

5. Valor adicionado recebido em transferência (somar)

- Receitas Financeiras
- Receita de Aluguéis
- Resultado de Equivalência Patrimonial
- Receita de Dividendos
- Receita de Royalties

6. Valor adicionado a distribuir (4 + 5)

II. – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

7. Empregados

- Salários e encargos
- Comissões sobre Vendas
- Honorários da Diretoria
- Participações dos empregados no Lucros

8. Tributos

- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)
- IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
- ISS (Imposto sobre Serviços)
- COFINS (Contribuição para Fins Sociais)
- PIS (Programa de Integração Social)
- IR (Imposto de Renda)

- CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido)
- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)
- Etc.

9. Financiadores (remuneração do capital de terceiros)

- Juros
- Aluguéis

10. Sócios

- Dividendos
- Juros sobre Capital Próprio

15.2 Lucros retidos/prejuízos

Sobre o modelo apresentado, podemos observar um detalhe muito importante em relação à sua estruturação: o valor adicionado gerado sempre será igual ao valor adicionado distribuído. Outro detalhe muito importante é o fato de todas as informações utilizadas na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício servirem de base para a elaboração da DVA.

Exemplo:

A empresa KWZ ao encerrar suas atividades operacionais no ano de 20x9, elaborou a seguinte Demonstração de Resultado do Exercício:

Tabela 15.1: Demonstração do Resultado do Exercício - Empresa KWZ - 31/12/20x9

Título	Valores em R\$
Vendas Brutas	253.000,00
(-) Devoluções de Vendas	(8.500,00)
(-) Descontos incondicionais	(2.500,00)
(-) ICMS, PIS e COFINS	(22.000,00)
Vendas Líquidas	220.000,00
(-) CMV	(27.500,00)
Lucro Bruto	192.500,00
(-) Comissões sobre Vendas	(4.500,00)
(-) Juros passivos (financiamentos)	(3.500,00)
(-) Aluguéis	(6.000,00)
(-) Salários	(18.500,00)
(-) Encargos / Sociais (INSS e FGTS)	(5.500,00)
(-) Depreciação	(1.500,00)
(+) Outras Receitas – Aluguéis	3.600,00
(+) Receita de dividendos	2.400,00
Lucro Operacional	159.000,00
(+) Receita da venda de terreno	38.000,00
(-) Custo do terreno vendido	(9.000,00)
Lucro antes da CSLL e IR	188.000,00
(-) CSLL e IR	(18.000,00)
Lucro Líquido	170.000,00
<i>Observação: do Lucro Líquido, foram distribuídos como dividendos o valor de R\$17.000,00, e o restante foi destinado às Reservas de Lucros.</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao utilizar as informações da DRE para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, este relatório ficou assim demonstrado:

Tabela 15.2: Demonstração do Valor Adicionado - Empresa KWZ - 31/12/20x9

I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Receitas (itens a somar)	
Receita Bruta (mercadorias, produtos e serviços prestados)	253.000,00
(-) Devoluções de Vendas	8.500,00
(-) Descontos incondicionais concedidos	2.500,00
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos	
Resultado Não Operacional	29.000,00
Insumos adquiridos de terceiros (itens a subtrair)	
Material de Expediente	
CMV (Custo das Mercadorias Vendidas)	27.500,00
Serviços de Terceiros	
Energia, Água, Gás, Telefone, etc.	
Retenções (itens a subtrair)	
Depreciação	1.500,00
Amortização	
Exaustão	
Valor adicionado líquido produzido Pela entidade (+1 -2 -3)	242.000,00

Valor adicionado recebido em transferência (somar)	
Receitas Financeiras	
Receita de Aluguéis	3.600,00
Resultado de Equivalência Patrimonial	
Receita de Dividendos	2.400,00
Receita de Royalties	
Valor adicionado a distribuir (4 + 5)	248.000,00
Distribuição do valor adicionado	
Empregados	
Salários e encargos	24.000,00
Comissões sobre Vendas	4.500,00
Honorários da Diretoria	
Participações dos empregados nos Lucros	
Tributos	
ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	22.000,00
IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)	
ISS (Imposto sobre Serviços)	
COFINS (Contribuição para Fins Sociais)	
PIS (Programa de Integração Social)	
IR (Imposto de Renda)	18.000,00
CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido)	
IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)	
Etc.	
Financiadores (remuneração capital de terceiros)	
Juros	3.500,00
Aluguéis	6.000,00
Sócios	
Dividendos	17.000,00
Juros sobre Capital Próprio	
Reservas de Lucros	153.000,00
Lucros retidos/prejuízos	248.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Dessa forma, pode-se evidenciar que com o resultado de R\$170.000,00, obtido na apuração da DRE, através das mesmas informações, utilizadas para a elaboração da DVA, o resultado obtido como valor agregado pela empresa foi de R\$248.000,00.

Resumo

Nesse capítulo foi possível compreendermos de que forma as organizações, a partir do resultado em sua DRE, distribuem suas riquezas geradas pelas atividades operacionais, bem como a forma como essa riqueza distribuída é evidenciada a partir do modelo de DVA apresentada.

Atividades de aprendizagem

- A empresa comercial XYZ S.A. apresentou a seguinte DRE em 31/12/x9:



Título	Valores em R\$
Vendas Brutas	97.000,00
(-) Devoluções de Vendas	(5.000,00)
(-) Descontos incondicionais	(7.000,00)
(-) ICMS, PIS e COFINS	(16.000,00)
Vendas Líquidas	69.000,00
(-) CMV	(21.000,00)
Lucro Bruto	48.000,00
(-) Comissões sobre Vendas	(2.900,00)
(-) Juros passivos (financiamentos)	(1.200,00)
(-) Aluguéis	(5.300,00)
(-) Salários	(14.700,00)
(-) Encargos /Sociais (INSS e FGTS)	(2.400,00)
(-) Depreciação	(900,00)
(+) Outras Receitas – Aluguéis	1.800,00
(+) Receita de dividendos	800,00
Lucro Operacional	23.200,00
(+) Receita da venda de terreno	19.800,00
(-) Custo do terreno vendido	(10.000,00)
Lucro antes da CSLL e IR	33.000,00
(-) CSLL e IR	(8.000,00)
Lucro Líquido	25.000,00

Observação: Do Lucro Líquido, R\$5.500,00 foram distribuídos como dividendos. O restante foi destinado às reservas de lucros, no Balanço Patrimonial.

Fonte: Ferrari (2009, p.242)

- Dessa forma, ao elaborar a DVA em 31/12/x9, será indicado o Valor Adicionado Distribuído de:
 - a) R\$69.000,00
 - b) R\$107.400,00
 - c) R\$76.400,00
 - d) R\$106.500,00
 - e) R\$75.500,00

Anotações



Aula 16 – A Análise de Balanços como Instrumento de Avaliação de Desempenho

Nesta aula, o objetivo é a partir do conhecimento detalhado da estrutura do balanço, podermos realizar uma análise criteriosa baseada na composição do Balanço Patrimonial enquanto relatório contábil e instrumento de gestão administrativa.

A contabilidade enquanto ciência social responsável pelo tratamento de informações organizacionais obtidas de maneira repetitiva, tem se demonstrado uma ferramenta eficiente ao oferecer através de seus relatórios, condições suficientes ao gestor ou administrador, de tomar decisões que venham a refletir resultados positivos na atividade organizacional.

A análise de balanços é um dos aspectos mais difíceis e exige um conhecimento maior e maturidade por parte do administrador. Muitos autores têm escrito sobre o assunto, ao mesmo tempo em que têm causado mais confusão aos gestores e administradores do que realmente o entendimento na interpretação de índices e quocientes utilizados para a análise dos relatórios contábeis.

Para que o administrador faça uma análise dos relatórios contábeis condizente com a atividade organizacional, deverão ser levadas em consideração as possibilidades e limitações da atividade empresarial, abordando não apenas os pontos positivos, mas também os pontos negativos do negócio. Contudo, a partir das informações geradas pelos registros contábeis e relatórios, se utilizadas de maneira correta e útil à administração, as análises obtidas poderão se transformar em instrumentos poderosos de gestão e decisão organizacional.

A Análise de Balanços também chamada de Análise das Demonstrações Financeiras, ou Análise das Demonstrações Contábeis é uma área da contabilidade que tem por objetivo a obtenção de informações, a comparação e interpretação de indicadores, podendo ser coeficientes, índices ou quocientes calculados a partir de dados retirados das demonstrações contábeis, propiciando ao usuário o conhecimento de informações econômicas, patrimoniais e do desempenho da atividade de uma organização.

(FERRARI, 2009, p.33)

A análise das demonstrações contábeis não é exigida em lei, contudo é essencial ao diagnóstico das situações econômica, financeira e patrimonial da empresa, seja em relação a situação atual ou em relação a suas variações ao longo do tempo.

Dentre os usuários que se utilizam das informações fornecidas pela análise de balanços, o administrador da organização é quem poderá avaliar a situação real dos resultados econômicos, como também do patrimônio, a fim de poder tomar decisões que venham a otimizar de maneira adequada os recursos da empresa, e obter o melhor desempenho operacional da entidade.

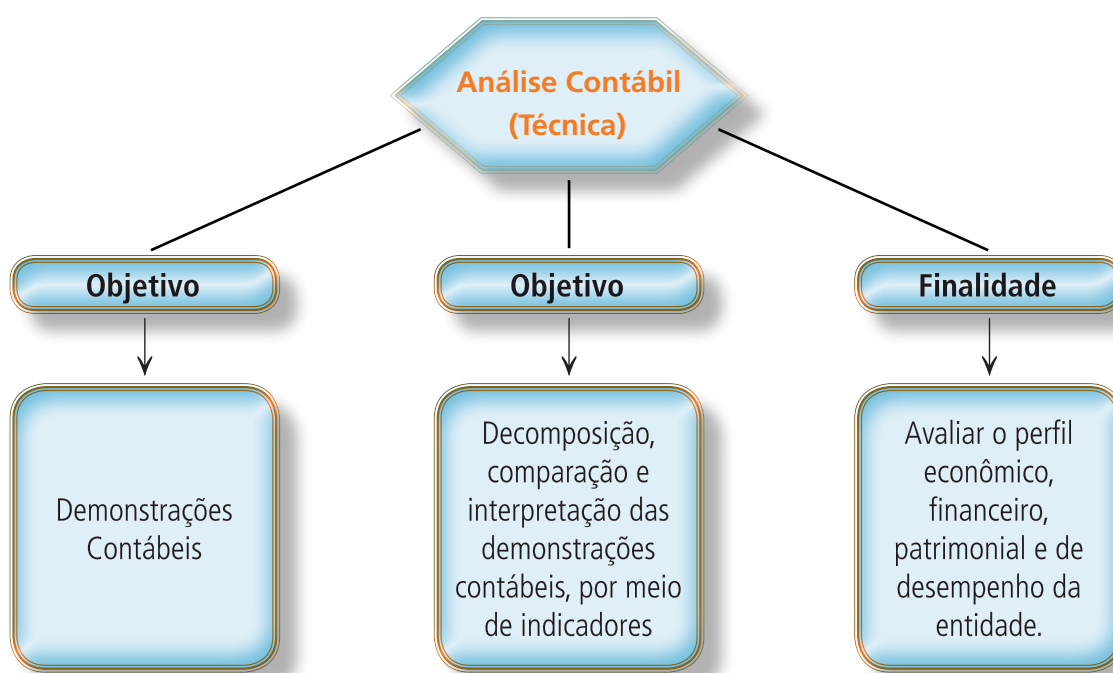


Figura 16.1: Características da Análise Contábil
Fonte: Ferrari (2009, p.33)

16.1 Interpretação dos Resultados Obtidos pela Análise de Balanços

A partir dos resultados obtidos da análise das demonstrações, esses resultados não devem ser considerados uma ciência exata, uma vez que não há uma forma científica comprovada de associar tais resultados à um diagnóstico irrefutável, perfeito e imutável, seja da situação econômica, financeira ou do desempenho operacional.

Assim, a análise deve ser tratada como um instrumento de extração de informações úteis, necessárias aos objetivos que a organização deseja alcançar, baseada na elaboração correta das demonstrações contábeis. Com base nessa característica, seria a mesma coisa que a partir do mesmo conjunto de dados, diversos analistas chegarem à conclusões similares (mas nunca exatamente idênticas) ou totalmente antagônicas.

16.2 Processos de Análise

Dentre os processos de análise utilizados, estaremos tratando duas formas muito importantes:

- Análise Vertical
- Análise Horizontal

Análise Vertical

Tem como objetivo o estudo da estrutura das demonstrações contábeis, baseada nos cálculos de coeficientes de participação, obtidos através da comparação entre os itens similares extraídos na estrutura do relatório contábil (ativo com ativo, passivo com passivo, receita com receita, etc.).

De uma forma simplificada, a análise vertical limita-se a comparar as partes (contas ou subgrupos contábeis) que pertencem a um todo (no caso, total do ativo, do passivo ou da demonstração do resultado do exercício). Para chegarmos um resultado de comparação, deveremos utilizar o cálculo matemático de divisão entre os valores das partes (conta ou subgrupo) pelo valor do total do relatório (total do ativo ou passivo ou total da DRE).

Para exemplificarmos, se quisermos saber a participação dos estoques no ativo circulante, deveremos executar a divisão entre o valor do estoque pelo valor total do ativo circulante. Se quisermos saber a participação do ativo circulante no total do ativo, procederemos a divisão do valor do ativo circulante pelo valor do ativo total. Dessa maneira, estaremos realizando cálculos matemáticos semelhantes, desenvolvendo assim a análise vertical, que também poderá ser chamada de análise de estrutura.

Exemplo Prático: Suponhamos os valores obtidos do balanço patrimonial da empresa a seguir:

Tabela 16.1: Balanço Patrimonial - Análise Vertical

ATIVO	Valores em R\$	%
Ativo Circulante	25.000,00	50,00%
Caixa	13.000,00	26,00%
Bancos	5.000,00	10,00%
Estoque	7.000,00	14,00%
Ativo Não Circulante	25.000,00	50,00%
Realizável a LP	8.000,00	16,00%
Empréstimos a Sócios		
Investimentos	5.000,00	10,00%
Ações em Coligadas		
Imobilizado	9.000,00	18,00%
Veículos		
Intangível	3.000,00	6,00%
Gastos com P&D		
TOTAL	50.000,00	100,00%

PASSIVO		
Passivo Circulante	10.000,00	20,00%
Fornecedores	7.000,00	14,00%
Contas a Pagar	3.000,00	6,00%
Passivo Não Circulante	15.000,00	30,00%
Exigível em Longo Prazo		
Financiamentos a LP	8.000,00	16,00%
Empréstimos a LP	7.000,00	14,00%
Patrimônio Líquido	25.000,00	50,00%
Capital Social	20.000,00	40,00%
Reservas de Lucros	5.000,00	10,00%
TOTAL	50.000,00	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir do balanço patrimonial apresentado, levando-se em consideração a análise vertical, poderíamos chegar, por exemplo, a algumas conclusões:

- a) Entre os coeficientes de participação, que do valor total do ativo, 26% estará representado por recursos de caixa (ou seja, do total de aplicações de recursos, 26% estará sendo utilizado ou disponível em caixa).
- b) Que do total do ativo, 50% estará representado pelo circulante (somando-se os valores de caixa, bancos e estoque – R\$25.000,00, e dividindo esse valor pelo total do ativo, teremos o coeficiente de 50%).
- c) Em relação ao passivo, o grupo de maior participação é o patrimônio líquido, com o coeficiente de 50% do total do passivo, sendo que do total do PL, 40% estará representado pelos investimentos dos sócios (capital social) e 10% es-

tará representado pelo resultado da atividade da empresa (reservas de lucros).

Não podemos nos esquecer que do balanço apresentado, a análise vertical foi aplicada apenas sobre alguns dos valores e resultados dos subgrupos e contas pertencentes ao relatório, e não sobre todos os itens do balanço patrimonial. A análise é de caráter individual e pessoal, sendo que uma análise nunca será igual à outra.

Análise Horizontal

Esse tipo de análise tem como objetivo principal verificar a evolução das contas, grupos e subgrupos das demonstrações contábeis ao longo dos exercícios sociais (de um ano para outro, no sentido horizontal), através do cálculo de índices, obtidos a partir de um exercício social utilizado como base, e a aplicação de cálculos matemáticos de divisão dos exercícios seguintes, sobre o ano base. Os resultados obtidos, serão fixados como número ou percentual (1 como inteiro, ou 100% como percentual), sendo a partir daí determinados os índices, referentes às demonstrações dos exercícios comparativos.

Exemplo: Se o ativo circulante de uma empresa apresentar o valor de R\$40.000,00 no ano de 31/12/20x7; no ano de 31/12/20x8 apresentar o valor de R\$70.000,00, e no ano de 31/12/20x9 apresentar o valor de R\$85.000,00, ao utilizarmos o ano de 20x7 como ano base, obteremos os seguintes índices, a partir dos cálculos:

- a) $20x7 = \text{Índice} = R\$45.000,00 / R\$45.000,00 = 1 \text{ ou } 100\%$
- b) $20x8 = \text{Índice} = R\$70.000,00 / R\$45.000,00 = 1,55 \text{ ou } 155\%$
- c) $20x9 = \text{Índice} = R\$85.000,00 / R\$45.000,00 = 1,88 \text{ ou } 188\%$

A partir daí, poderemos concluir que o Ativo Circulante nos exercícios de 20x8, cresceu 55%, e no ano de 20x9 cresceu 88%, em relação ao exercício de 20x7.

Ainda considerando a análise horizontal, poderemos utilizar uma segunda forma de cálculo desse índice, porém tomando-se por base a evolução de um ano para o outro, e não utilizando-se um ano base fixo para todos os cálculos.

Exemplo: A partir das mesmas informações utilizadas no exemplo anterior dos anos de 20x7, 20x8 e 20x9, obteremos os seguintes índices a partir dos cálculos:

- a)** $20x7 = \text{Índice} = R\$45.000,00 / R\$45.000,00 = 1$ ou 100% (não há ano anterior)
- b)** $20x8 = \text{Índice} = R\$70.000,00 / R\$45.000,00 = 1,55$ ou 155%
- c)** $20x9 = \text{Índice} = R\$85.000,00 / R\$70.000,00 = 1,214$ ou 121,4%

Pode-se concluir que na análise comparativa de um ano para outro, em relação a 20x7, o Ativo circulante representava 100% por ser o primeiro ano; em relação ao segundo ano, calculou-se a evolução de 20x8 sobre 20x7, havendo uma evolução de 55%; e no terceiro ano, após efetuado o cálculo de 20x9 sobre 20x8, verificou-se uma evolução de 21,4%.

O que foi possível verificar é que para o primeiro exemplo, utilizou-se o ano de 20x7 como base fixa, para demonstrar a evolução à partir do primeiro ano de atividade, e no segundo exemplo, utilizou-se o último ano dividido pelo anterior, para demonstrar uma evolução gradativa ano a ano.

Resumo

A análise de Balanços é um instrumento muito útil para a gestão empresarial, no qual a partir dos conhecimentos da estrutura de balanço, seja possível realizar análises que permitam ao gestor tomar decisões em busca dos melhores resultados operacionais. Para isso, foram apresentadas as análises vertical e horizontal, bem como foram descritas as características dos resultados de cada análise, o que possibilita compreender melhor a análise como instrumento de gestão administrativa.



Atividades de aprendizagem

- Com base no balanço patrimonial que segue, utilizando-se dos grupos do Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido, em relação aos seus respectivos grupos principais, faça uma análise vertical calculando os coeficientes de participação.

ATIVO	Valores em R\$	%
Ativo Circulante	35.000,00	
Caixa	14.000,00	
Bancos	10.000,00	
Estoque	11.000,00	

Ativo Não Circulante	45.000,00	
Realizável a LP	12.000,00	
Empréstimos a Sócios		
Investimentos	16.000,00	
Ações em Coligadas		
Imobilizado	9.000,00	
Veículos		
Intangível	8.000,00	
Gastos com P&D		
TOTAL	50.000,00	100,00%

PASSIVO		
Passivo Circulante	9.000,00	
Fornecedores	6.000,00	
Contas a Pagar	3.000,00	
Passivo Não Circulante	23.000,00	
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos a LP	15.000,00	
Empréstimos a LP	8.000,00	
Patrimônio Líquido	18.000,00	
Capital Social	15.000,00	
Reservas de Lucros	3.000,00	
TOTAL	50.000,00	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores

Anotações

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.



Aula 17 – Contabilidade de Custos como Instrumento Útil da Contabilidade Empresarial

Nessa aula você poderá perceber a importância da relação entre a Contabilidade de Custos e a Contabilidade Empresarial, bem como aprofundar nosso conhecimento sobre Custos, suas terminologias e sua utilização, na geração de informações úteis às decisões organizacionais por parte do gestor.

17.1 Contabilidade de custos

A contabilidade de custos passou a ter um significado maior logo após a segunda guerra mundial, no qual as indústrias extraíam a partir da contabilidade de custos, informações aplicáveis às diversas atividades empresariais, dentre elas o estabelecimento dos preços dos produtos e o ponto de equilíbrio da produção. Com o passar do tempo, as empresas viram-se obrigadas a realizar pesquisas de consumo, objetivando identificar o potencial de consumo dos produtos por elas fabricados.

Através dos meios de comunicação - cada dia mais próximo dos consumidores – houve a geração de um volume de informações capaz de influenciar diretamente na decisão de consumo das pessoas em qualquer lugar do planeta. Assim, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, com a economia globalizada e com o avanço tecnológico da informação e comunicação, as pessoas passaram a se comunicar, ler jornais e efetuar transações comerciais via internet de qualquer lugar que esteja, com qualquer parte do mundo.

Isso significa que para as empresas, atualmente estas informações não mais influenciam ou definem os preços dos produtos, mas sim o mercado é responsável por essa tarefa. Assim, a contabilidade de custos passa a ser responsável por informações de apoio aos gestores na administração de negócios empresariais, sendo estas informações fundamentais para gerir a empresa com eficiência em uma economia globalizada.

17.2 Definições

Para tentar compreender o que são os custos, buscaremos algumas das definições de alguns autores, sob pontos de vistas diferentes. Vejamos algumas delas:

“O consumo de um fator de produção, medido em termos monetários para a obtenção de um produto, de um serviço ou de uma atividade que poderá ou não gerar renda”. (LEONE, 1991, p. 50)

“O gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. Gasto é o sacrifício financeiro que a entidade arca para obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos”. (MARTINS, 2005, p. 25)

“De forma genérica, custos são os insumos de capitais, bens e serviços efetuados para a consecução de determinados objetivos. Isto vale dizer que a conceituação de custos de fabricação de um bem é o somatório de todos os insumos de capitais, bens ou serviços, aplicados na fabricação desse bem”. (KOLIVER, 2005)

Com as definições acima mencionadas, poderíamos armar outros exemplos em quaisquer áreas, tais como: Custos de distribuição, Custos com vendas, Custos de transportes, Custos de apoio etc.

17.3 Finalidade

A finalidade ou objetivo principal da contabilidade de custos é de fornecer informações aos gestores no auxílio à tomada de decisão, servindo de base às decisões gerenciais administrativas a partir de aspectos como:

- a)** Determinação da rentabilidade;
- b)** Determinação do desempenho das diversas atividades da empresa (comprar, industrializar e vender);
- c)** Planejamento e controle das operações;
- d)** Determinação do nível mínimo de vendas desejado;
- e)** Cálculo do custo e ganho por produto;
- f)** Análise da eficiência da força de trabalho humano e dos materiais aplicados.

17.4 Objetos

Os principais objetos da contabilidade de custos para a empresa são:

- a) Componentes organizacionais, operacionais e administrativos, tais como processos, produtos, serviços;
- b) Atividades;
- c) Estudos especiais;
- d) Planos alternativos;
- e) Campanhas;
- f) Promoções.

17.5 Terminologias

Na terminologia da contabilidade de custos, segundo Martins (2010) há termos específicos da linguagem da comunidade de classe que atua na área de custos, que permitem melhor entender esta ferramenta, como mostramos a seguir:

- a) **Custo:** é o gasto com a fabricação do produto (processo produtivo). O custo só afetará o resultado quando o gasto corresponder a um produto vendido.
- b) **Despesa:** Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas. A despesa afetará diretamente o resultado do exercício.
- c) **Desembolso:** É o pagamento resultante de uma compra (aquisição) de um bem ou de um serviço. É a saída financeira da empresa, entrega de ativos a terceiros. Exemplos: - pagamento de uma duplicata, pagamento de uma nota fiscal, compra de embalagens a vista, pagamento de salários a funcionários, pagamento de despesas com energia referentes ao mês anterior etc;
- d) **Gastos:** O gasto é um sacrifício financeiro com que a entidade arca para obter bens (produtos) ou serviços. São representados pela promessa de entrega de ativos, normalmente dinheiro. Gasto é o termo genérico que pode representar tanto um custo como uma despesa. Exemplo: gasto com salários, gasto com comissões sobre vendas, gasto com a matéria-prima.
- e) **Investimentos:** É o gasto para aquisição de ativo, com a finalidade de obtenção de benefícios a curto, médio e longo prazo. Todo o custo é um investimento, mas nem todo investimento é um custo. Exemplo: matéria-prima, máquinas e equipamentos para a fábrica, ações de outras empresas etc.

f) Perdas: São bens ou produtos consumidos de forma anormal e involuntária. São gastos não intencionais decorrentes de fatores externos, fortuitos ou da atividade produtiva normal da empresa. As perdas não mantêm nenhuma relação com a operação da empresa e geralmente ocorrem de fatos não previstos. Exemplos:

- Vazamento de materiais líquidos ou gasosos;
- Material com prazo de validade vencido;
- Perdas com deságio da moeda etc.

g) Subproduto: É aquele produto que nasce de forma natural durante o processo produtivo da empresa. Ele possui mercado de venda e preço definido, porém a sua participação é ínfima (pequena) no faturamento total da empresa. Exemplo: Aparas de papel na indústria gráfica.

h) Sucatas: São produtos que nascem da produção com defeitos ou estragados. Suas vendas são esporádicas e realizadas por valor não previsível na data em que surgem na fabricação. Não recebem custos e também não servem para redução de custos de produção. Na data da venda, em termos contábeis são caracterizados como outras receitas operacionais. Exemplos: sobras de matéria-prima, serragem etc.

i) Desperdícios: Gastos incorridos nos processos produtivos ou de geração de receitas e que possam ser eliminados sem prejuízo da qualidade ou quantidade de bens, serviços ou receitas geradas. Exemplos:

- Trabalho decorrente de defeitos de fabricação;
- Estocagem e manutenção de estoques desnecessários etc.

j) Rateios: É o processo de divisão dos custos indiretos ou custos fixos de produção aos centros de custos, departamento ou produto, observando critérios pré-estabelecidos para sua alocação. O rateio é a forma ou maneira de distribuir ou alocar ao produto (s) o custo indireto ou custo fixo. Exemplo:

- Alocar ao custo do produto um valor correspondente às despesas com material de limpeza da cantina da empresa;

- Alocar ao custo do produto as despesas pagas com postagem de correspondência do setor de vendas etc.
- k) Insumos:** Bens adquiridos para consumo no processo de produção de novos bens ou de prestação de serviços. Exemplo:
- Material secundário;
 - Matéria-prima;
 - Embalagens.
- l) Matéria-prima:** Bens necessários para a composição (produção) de outro bem e sem ele não é possível concluir (acabar) o produto.
- m) Acumulação de custo:** Acumulam-se custos de acordo com alguma classificação, como materiais, mão-de-obra, combustível, propaganda, expedição etc. Além disso, apropriam-se estes custos aos objetos de custo. A acumulação de custos é a compilação de dados de custo de maneira organizada através de um sistema contábil.
- n) Centro de custos:** É a menor unidade de acumulação de custos, sendo representado por homens, máquinas e equipamentos de características semelhantes que desenvolvem atividades homogêneas relacionadas com o processo produtivo.
- o) Mercadorias:** Bens adquiridos para serem vendidos.
- p) Equipamento:** É um gasto que se transforma temporariamente em investimento permanente. Exemplo: Máquinas do setor industrial.

Resumo

Nessa aula foram vistos a apresentação da contabilidade de custos, algumas definições, sua finalidade e objetos de abordagem pelos custos. Também foram apresentados termos relacionados aos custos, tornando possível uma melhor compreensão da contabilidade empresarial, e da importância dos custos para a administração empresarial.



Atividades de aprendizagem

- Classifique os eventos descritos a seguir em Investimento (I), Custo (C), Despesa (D) ou Perda (P):

- () Compra de matéria-prima
- () Consumo de energia elétrica
- () Utilização de mão-de-obra
- () Consumo de combustível
- () Gastos com pessoal do faturamento (salário)
- () Aquisição de máquinas
- () Depreciação das máquinas
- () Remuneração do pessoal da contabilidade geral (salário)
- () Pagamento de honorários da administração
- () Depreciação do prédio da empresa
- () Utilização de matéria-prima (transformação)
- () Aquisição de embalagens
- () Deterioração do estoque de matéria-prima por enchente
- () Remuneração do tempo do pessoal em greve
- () Geração de sucata no processo produtivo
- () Estrago acidental e imprevisível de lote de material

- () Gastos com desenvolvimento de novos produtos e processos
- () Imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS)
- () Comissões proporcionais às vendas
- () Reconhecimento de duplicata como não recebível

Fonte: Martins (2010, p.28)

Anotações

[illegible]



Aula 18 – Margem de contribuição

Nosso objetivo é levar ao aluno um método que poderá servir de ferramenta auxiliar para administração da empresa em termos de vendas ou produção mínima, é de extrema importância o entendimento deste conceito, principalmente no âmbito comercial.

18.1 Conceito

Em termos de produtos, a margem de contribuição e a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.

Temos que levar em consideração que não estamos entrando em um ambiente de cálculo de custos e suas propriedades mais definidas, o que se pretende com esta aula é levar ao conhecimento do aluno que através de uma Demonstração de Resultado (a DRE) é possível pelas formulas apresentadas e demais informações oriundas de sua estrutura obter uma visão da margem que foi obtida entre o que se pagou ou o que se custou para a gerencia financeira das despesas que não tem ligação direta com o produto.

18.2 Definições de custos fixos e variáveis

Você neste momento deverá estar indagando, mas o que é custo variável e custo fixo. Vamos observar um produto qualquer, por exemplo, uma camisa em uma empresa comercial onde compra e vende este produto, nós teríamos um custo da compra R\$30,00, mas quando se vende por exemplo R\$70,00 a empresa paga sobre estes R\$70,00, impostos, comissões, etc. Neste contexto temos os elementos de custo fixo que é R\$30,00 e custos variáveis que passam a existir somente em função da venda, se não vender, não há o que se falar em custo, por isto variável, e isto está contido de forma ampla em uma DRE.

Pesquisa: Procure analisar em nossa Demonstração de Resultado de Exercício – Modelo e identificar quais custos podem ser caracterizadas como direto (aquisição) e quais custos poderiam ser identificados como variáveis.

18.3 Estudo de Caso

Suponhamos um produto de preço X cujo preço de venda unitário seja R\$15,00 e cujos custos variáveis sejam (R\$3,00 de matéria-prima e R\$4,00 de mão-de-obra direta) (aqui poderia ser considerado o preço de aquisição para revenda). Além desses custos variáveis, a empresa, por ocasião da venda, incorre no pagamento de comissões aos vendedores, a base de 5% do preço de venda e de impostos a base de 15% do mesmo.

$$MC = PV - (CV + DV)$$

MC = e a margem de contribuição

PV e o preço de venda,

CV e a soma dos custos variáveis

DV e a soma das despesas variáveis.

Solução: Desenvolver.

$$MC = 15,00 - (3,00 + 4,00 + (15,00 \cdot 5\%) + (15,00 \cdot 15\%))$$

$$MC = 15,00 - (7,00 + 0,75 + 2,25)$$

$$MC = 15,00 - 10,00$$

$$MC = 5,00$$

Podemos entender margem de contribuição como a parcela do preço de venda que ultrapassa os custos e despesas variáveis e que contribuirá (daí o seu nome) para a absorção dos custos fixos e, ainda, para formar o lucro.

Ainda em nosso exemplo. Já vimos que a MC unitária é de R\$5,00. Isto quer dizer que cada unidade vendida contribui com R\$5,00 para absorver as despesas fixas e gerar lucros.

Se a empresa estiver produzindo e vendendo 300 unidades por período, a margem de contribuição total desse produto será igual a R\$1.500 (300 x R\$5,00). Ou seja, o produto contribui com R\$1.500,00 para a absorção dos custos fixos e para a formação do lucro.

Resumo

Em qualquer atividade empresarial, vai existir o custo do produto, muitas técnicas podem existir para este calculo, mas a Demonstração do Resultado do Exercício desta empresa poderá apresentar estas informações para proceder o calculo da margem de contribuição, obviamente não se obterá valores exatos, mas dado as premissas do passado e permanecendo o mesmo cenário para os período seguintes tais cálculos são merecedores de créditos e **plausivos** para a tomada de decisão.

A-Z

Plausível:

adj. Aceitável, razoável, admissível. O que pode passar por verdadeiro.

Atividades de aprendizagem

- Em Demonstração de Resultado – DRE Modelo apresentada nas aulas anteriores, quais as custos poderiam ser considerados fixos e variáveis para fins de calculo da margem de contribuição (Utilize o parâmetro percentual sobre vendas brutas).



Anotações



Aula 19 – Ponto de equilíbrio

Nesta aula o aluno deverá entender o porquê o seu chefe diz a cada mês ou o porquê você deverá impor metas para sua equipe, vamos entender o que chamamos de venda mínima ou metas de venda ou produção.

19.1 Definição

A empresa esta no ponto de equilíbrio quando ela não tem lucro ou prejuízo, nesse ponto, as receitas totais são iguais aos custos totais ou despesas totais.

Importante: Para o calculo do ponto de equilíbrio já temos que saber calcular a margem de contribuição de um produto ou dos produtos.

19.2 Fórmulas

Ponto de Equilíbrio contábil em vendas = $\text{Custos fixos} / (\text{Margem de contribuição} / \text{Preço de venda})$

Ponto de equilíbrio econômico em vendas = $\text{Custos fixos} + \text{remuneração do Patrimônio líquido ou Capital Social} / (\text{Margem de contribuição} / \text{Preço de venda})$

Ponto de equilíbrio Financeiro em vendas = $\text{Custos fixos} - \text{despesas não desembolsáveis} / (\text{Margem de contribuição} / \text{Preço de venda})$

Obs: Custos fixos podem ser entendidos como despesas fixas, aquelas despesas que existem mesmo que a empresa não vende nada ou não venha a produzir nada, como exemplo, o aluguel, salários fixos, etc.

Dica! Para achar a quantidade de produto a ser vendido, divide o valor das vendas pelo valor unitário de venda ou divide os custos fixos pela margem de contribuição.

19.3 Diferenças entre os métodos de Cálculo de Ponto de Equilíbrio

Contábil: são levados em conta todos os custos e despesas relacionados com o funcionamento da empresa.

Econômico: São também incluídos nos custos e despesas fixos todos os custos de oportunidade referentes ao capital próprio.

Financeiro: os custos considerados são apenas desembolsados que realmente oneram financeiramente a empresa.

19.4 Limitações ao uso do ponto de equilíbrio

A aplicação do Ponto de Equilíbrio de um único produto é facilmente entendida e simplificada. A limitação é justamente quando existem vários produtos, pelo fato de cada um possuir despesas variáveis diferenciadas, tornando assim o cálculo do Ponto de Equilíbrio num âmbito global mais complexo.

19.5 Estudo de caso - Ponto de Equilíbrio com margem de contribuição iguais

Exemplo com Produtos com Margem de Contribuição iguais: Calcular o Ponto de Equilíbrio dos seguintes dados, supondo as despesas fixas mensais de R\$30.000,00.

Tabela 19.1: Tabela Formação da Margem de Contribuição

Produto	Preço Unitário	Custos + Despesas Variáveis	Margem de Contribuição
A	R\$800,00	R\$400,00	R\$400,00
B	R\$1.200,00	R\$800,00	R\$400,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Calcule o Ponto de equilíbrio contábil em unidades =

$$PE = (\text{Despesas fixas}) / \text{Margem de Contribuição}$$

$$PE = 30.000,00 / 400,00 = 75 \text{ unidades}$$

$$PE \text{ em valor para produto A} = (30.000,00) / (400,00/800) = 30.000,00 / 0,50 = R\$60.000,00 \text{ em vendas.}$$

$$PE \text{ em valor para produto B} = (30.000,00) / (400,00/1200) = 30.000,00 / 0,33333 = R\$90.000,00 \text{ em vendas.}$$

Em quantidade corresponde a 75 unidades tanto do produto A ou B, quaisquer que sejam as quantidades de cada um. Se a empresa optar por vender o Produto B, deverá estimar uma venda mínima para não ter prejuízo de R\$90.000,00.

19.6 Estudo de caso - Ponto de Equilíbrio com margem de contribuição diferentes

Exemplo com Produtos com Margem de Contribuição diferentes: Calcular o Ponto de equilíbrio dos seguintes dados, supondo que as **despesas fixas mensais** são de R\$45.300,00.

Tabela 19.2: Tabela Formação Margem de Contribuição + Custos

Produto	Qta Vendida	Preço Unitário	Custos + Despesas Variáveis	M. Contribuição
A	50	R\$655,00	R\$495,00	R\$160,00
B	30	R\$800,00	R\$550,00	R\$250,00
C	120	R\$1.100,00	R\$600,00	R\$500,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Solução:

Mix de produtos

Participação nas vendas, ou análise vertical da quantidade vendida.

Tabela 19.3: Participação nas Vendas por Produto

Produto	Qta Vendida	Análise Vertical
A	50	25,00%
B	30	15,00%
C	120	60,00%
Total	200	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores

Margem de contribuição Media Ponderada:

Tabela 19.4: Margem de Contribuição Média Ponderada por Produto

Produto	MC Unitária	Multiplicar	Análise Vertical	MC Ponderada
A	R\$ 160,00	x	25,00%	R\$ 40,00
B	R\$ 250,00	x	15,00%	R\$ 37,50
C	R\$ 500,00	x	60,00%	R\$ 300,00
Total			100,00%	R\$ 377,50

Fonte: Elaborado pelos autores

$$PE = 45.300,00 / 377,50$$

$$PE = 120$$

Quantidade de cada produto:

$$A = 120 \times 25\% = 30$$

$$B = 120 \times 15\% = 18$$

$$C = 120 \times 60\% = 72$$

TOTAL= 120 unidades

Qual o valor de venda para atingir o ponto de equilíbrio?

$$30 \times 655,00 = 19.650,00$$

$$18 \times 800,00 = 14.400,00$$

$$72 \times 1.100,00 = 79.200,00$$

$$\text{Total R\$ 113.250,00}$$

Qual o custo direto variável associados as vendas para o calculo do ponto de equilibrio.?

Prod. A 30 * 495,00 = 14.850,00

Prod. B 18 * 550,00 = 9.900,00

Prod. C 72 * 600,00 = 43.200,00

Total 120 67.950,00

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE

Vendas	113.250,00
(-) CV	(67.950,00)
= MC	45.300,00
(-) Custo fixo	(45.300,00)
Lucro operacional	0,00 (ZERO) -

Conclusão

A empresa devera vender R\$113.250,00 para chegar ao seu ponto de equilíbrio, o que vender a mais deste ponto contribuirá para a formação do lucro, lembrando que o cenário do passado para este calculo deverá estar presente no futuro, este modelo de calculo apresentado reflete sempre valores aproximados, mas plausíveis.

Resumo

Neste capítulo, foi possível aprender o significado de ponto de equilíbrio, bem como algumas fórmulas para se chegar ao ponto de equilíbrio com características diferentes. Também foi possível verificar que existem limitações quanto ao uso. Em seguida, foi realizado um estudo de caso para cálculo do ponto de equilíbrio a partir de margens de contribuição diferentes, passando pela participação nas vendas por produto, chegando finalmente ao cálculo do ponto de equilíbrio a partir da margem de contribuição média ponderada por produto.



Atividades de aprendizagem

- Qual modelo de cálculo do ponto de equilíbrio que você julga mais correto? Justifique sua resposta.

Anotações

Aula 20 – Gestão de Impostos

O objetivo desta aula é entender como a gestão de impostos na administração de empresas serve como ferramenta de apoio gerencial

Dentro da contabilidade empresarial, um dos segmentos de carácter global é o acompanhamento dos impostos gerados pelas atividades operacionais da empresa e seu reflexo no resultados da companhia. Para isso, a administração poderá utilizar-se de um sistema de informação que contemple quadros para o controle dos impostos, podendo ser este controle semanal, quinzenal ou mensal, a partir das atividades da empresa.

O objetivo principal, além do controle e acompanhamento dos recolhimentos mensais, é a preparação para o recolhimento dos imposto anuais, normalmente caracterizados por impostos sobre o lucro. Para isso, há uma necessidade de um sistema de mensuração da geração de impostos pela empresa, com vistas a elaboração dos demonstrativos contábeis e foco no balanço social, ou seja, a contribuição dos impostos da empresa, para a comunidade onde está inserida.

Como a grande maioria das empresas no mercado possui atividade comercial, estaremos vendo um tipo de impostos de forma genérica, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, por se um dos impostos que mais afeta o resultado das empresas. Como estaremos abordando apenas este imposto, o uso de um sistema de informação contábil permite um gerenciamento de todas as informações relacionadas a ele. Contudo, de acordo com a atividade empresarial, outros impostos são gerados, e assim, para cada um deles, há a necessidade de seu acompanhamento individual.

20.1 Informações dos Relatórios de Gestão de Impostos

Para que a gestão global de impostos possa ser útil, serão necessárias para a elaboração dos relatórios algumas informações, como:

- a) Principais bases de incidência dos impostos (Base de Cálculos);
- b) Alíquota (s) básica (s) (Aplicação de alíquota de acordo com a legislação);

c) Valor dos impostos (Valor apurado)

d) Prazos de recolhimento, indexador legal, prazo de entrega das guias ou declarações;

A partir dessas informações, os relatórios terão por objetivo demonstrar as principais atividades geradoras de impostos, o que permitirá uma análise e planejamento desses impostos, visando o menor impacto desses impostos para a empresa. Não podemos nos esquecer que cada empresa possui suas características próprias, motivo pelo qual geram modelos de relatórios para gestão de impostos diferentes de empresa para empresa.

Para a elaboração de um modelo de relatório de gestão de imposto, deverão ser levadas em consideração informações específicas sobre determinado tipo de imposto (municipal, estadual ou federal) bem como a legislação em vigor.

No caso do ICMS, estaremos apresentando um modelo de controle, baseado nas características desse imposto. Dependendo das características da empresa e de suas operações, o relatório para o acompanhamento desse imposto poderá conter um maior nível de detalhamento ou não.

Tabela 20.1: Sugestão de Relatório

Acompanhamento do ICMS			
	Período 1	Período 2	Período 3
SAÍDAS – BASE DE CÁLCULO / IMPOSTO			
Vendas – Mercado Interno	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Vendas – Mercado Externo	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Vendas – Isentas	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Transferências Enviadas (Filiais)	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Outras Movimentações	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Subtotal	X.XXX	X.XXX	X.XXX
ENTRADAS – BASE DE CÁLCULO / IMPOSTO			
Compras – Mercado Interno	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Compras – Mercado Externo	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Compras – Isentas	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Serviços Tributados (Energia Elétrica, Comunicações, Fretes)	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Transferências Recebidas (Filiais)	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Outras Movimentações	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Subtotal	X.XXX	X.XXX	X.XXX
TOTAL DOS IMPOSTOS			
ICMS Debitado	X.XXX	X.XXX	X.XXX
ICMS Creditado	X.XXX	X.XXX	X.XXX
ICMS a Recolher (ou saldo a Recuperar)	X.XXX	X.XXX	X.XXX
Escrituração:			
Entrega da guia: Dia XX			
Recolhimento: Dia XX			
Alíquotas Básicas: XX%			
Indexação: XX			

Fonte: Padoveze (2004, p.246-247)

20.2 Outros Impostos

De acordo com o tipo de empresa, outros impostos podem ser devidos, merecendo assim um acompanhamento constante, seja por planilha eletrônica ou por um sistema de informação contábil. Para isso, é necessário o levantamento da quantidade e qualidade de impostos em função da sua ocorrência.

O sistema tributário estabeleceu diferentes modalidades de apuração e recolhimento do Imposto de Renda da pessoa jurídica:

20.2.1 Simples federal ou Simples nacional

Saiba Mais

O Simples nacional é um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte instituído pela lei complementar número 123, de 14 de dezembro de 2006.

A partir de janeiro de 2012 considera-se ME, para efeito do Simples Nacional, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Considera-se EPP, para efeito do Simples Nacional, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/sobre/perguntas.asp>

20.2.2 Lucro presumido

Também se trata de um sistema simplificado, aplicável para as empresas que não podem optar pelo Simples Federal (com faturamento anual até R\$48 milhões);

20.2.3 Lucro real

Aplicável para as empresas que não podem utilizar o sistema do lucro presumido, determinado conforme Decreto 3000 de 1999 – Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

20.2.4 Conceitos Básicos

Receita Bruta - o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Limites mensais de Receita Bruta - A partir de 01/01/2012, os limites proporcionais de ME e de EPP serão, respectivamente, de R\$30.000,00 e de R\$300.000,00 multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

Exemplo

Uma empresa entrou em atividade no dia 5 de setembro do ano-calendário. Considera-se o período de três meses completos (outubro, novembro e dezembro), sendo, nesse caso, o limite para enquadramento como Microempresa o de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e como Empresa de Pequeno Porte o de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para os anos-calendário a partir de 2012.

Resumo

Através desse capítulo, foi possível apresentar as características da gestão de impostos, a partir do controle e acompanhamento dos impostos gerados pelas atividades operacionais, bem como seus impactos no resultado da companhia decorrentes do controle. Cada empresa em função de suas atividades tem uma forma de apresentar sua Receita Bruta e dependendo de quanto se fatura, será enquadrada em uma das modalidades apresentadas, Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro real.



Atividades de aprendizagem

1. Qual a finalidade da gestão de impostos e qual a utilidade do sistema de informação contábil para esse processo de gestão?

2. Uma empresa entrou em atividade no dia 5 de dezembro do ano-calendário. Considera-se o período de um mês completo (dezembro), sendo, nesse caso, o limite para enquadramento como Microempresa o de R\$_____.000,00 e como Empresa de Pequeno Porte o de R\$_____.000,00, para os anos-calendário a partir de 2012.

Anotações

Referências

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade Gerencial**. 1.ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CHING, Hong Yuh,. MARQUES, Fernando,. PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. 1.ed., 2.reimpr., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

FEA/USP, Equipe de Professores. **Contabilidade Introdutória**. Coordenação Sérgio de Iudícibus. 10.ed. 2.reimpr., São Paulo: Atlas, 2007.

FERRARI, Ed Luiz. **Análise de Balanços**. 3.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FEA/USP, **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6.ed., 9.reimpr., São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de., MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**: Atualizado conforme Lei No. 11.638/2007 e MP No. 449/2008. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10.ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15.ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial: livro de exercícios**. 10.ed., São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos., SOARES, Adenilson Honório. **Contabilidade como instrumento para tomada de decisões**: Uma introdução. 1.ed., São Paulo: Alínea, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu., ROCHA, Welington. **Contabilidade de Custos**: livro de exercícios. 9.ed., 2.reimpr., São Paulo: Atlas, 2007.

MISSAGIA, Luiz Roberto., VELTER, Francisco. **Contabilidade avançada**. 3.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3.ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 1.ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Cesar Alexandre de., SACCOL, Amarolinda Zanela. **Sistemas ERP no Brasil: (Enterprise Resource Planning): teoria e casos**. 1.ed., 3.reimpr., São Paulo: Atlas, 2008.

STICKNEY, Clyde P., WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira: introdução aos conceitos, métodos e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Atividades autoinstrutivas

1. Em relação aos sistemas contábeis, dentre os sistemas conhecidos para o desenvolvimento da atividade empresarial, aquele que utiliza uma grande quantidade de informações e registros contábeis é o:

- a) Sistema Mecanizado
- b) Sistema Eletrônico
- c) Sistema Maquinizado
- d) Sistema Manual
- e) Sistema Elétrico

2. Atualmente, as empresas buscam a integração de seus sistemas para melhorar as atividades operacionais. Para isso, ela utiliza-se de uma ferramenta formada por um conjunto de informações, recursos, funções e ações administrativas voltadas à gestão, chamado:

- a) DSS (Decision System Suport) ou Sistemas de Suporte à Decisão
- b) EIS (Executive Information System) ou Sistemas de Informações Executivas
- c) FRP (Financial Resource Planning) ou Planejamento de Recursos Financeiros
- d) SOA (Operation Activity System) ou Sistema de Atividades Operacionais
- e) ERP (Enterprise Resource Planning) ou Planejamento de Recursos Empresariais

3. De acordo com a Lei 6.404/76, ao final de cada exercício social, serão obrigatórios a elaboração dos relatórios contábeis. Selecione a opção INCORRETA quanto aos relatórios obrigatórios:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração do Valor Adicionado
- c) Demonstração de Contas a Pagar
- d) Demonstração do Resultado do Exercício
- e) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

4. Segundo a classificação de Bens, Direitos e Obrigações, não pertencem ao mesmo grupo contábil:

- a) Computadores, Instalações, Veículos
- b) Caixa, Bancos, Clientes
- c) PIS a Recolher, Salários a Pagar, INSS a Pagar
- d) Capital Social, Edificações, Aplicações Financeiras
- e) Lucros Acumulados, Reserva Legal e Duplicatas a Receber.

5. As contas de Ativo são agrupadas a partir da característica da conversão em dinheiro mais rapidamente, em ordem decrescente de liquidez. Dessa forma, selecione a opção correta que apresenta respectivamente, as contas que respeitam esta característica de liquidez do ativo:

- a) Bancos, Clientes, Estoques
- b) Estoques, Caixa, Veículos
- c) Veículos, Clientes, Aplicações Financeiras
- d) Empréstimos a Receber dos Sócios, Duplicatas a Receber, Caixa
- e) Investimentos em Ouro, Estoques, Clientes

6. Da mesma forma que o Ativo, as contas do Passivo também serão agrupadas, porém com a característica da exigência do pagamento. Assim, se levarmos em consideração as contas do passivo circulante, selecione a opção correta que apresenta respectivamente todas as contas que pertencem a este grupo:

- a) Salários Pagar, Clientes, Fornecedores
- b) INSS a Recuperar, FGTS a Pagar, IR a Recolher
- c) Férias a Pagar, INSS a Recolher, Contribuição Social a Recolher
- d) Fornecedores, Capital Social, Receitas com Vendas
- e) Capital Social, Prejuízos Acumulados e Reserva Legal

7. As contas Provisão para Devedores Duvidosos e Provisão para Ajuste a Valor de Mercado são deduções do:

- a) Passivo Não Circulante
- b) Ativo Não Circulante.
- c) Patrimônio Líquido
- d) Passivo Circulante.
- e) Ativo Circulante.

8. As contas de Exaustão Acumulada e Amortização Acumuladas são contas que pertencem ao grupo:

- a) Patrimônio Líquido
- b) Ativo Circulante
- c) Passivo Circulante
- d) Ativo Não Circulante
- e) Passivo Não Circulante

9. São consideradas contas de provisões que aumentam o passivo:

- a) Provisão para Devedores Duvidosos e Depreciação Acumulada
- b) Provisão para IR e Provisão para Férias
- c) Exaustão Acumulada e Desconto de Duplicatas
- d) Amortização Acumulada e Empréstimos de LP a Pagar
- e) Capital a Realizar e Prejuízos Acumulados

10. Uma vez que as reservas são os valores originados do resultado positivo da atividade da empresa, a partir do que a legislação determina, será considerado uma conta de reserva a:

- a) Reserva Estadual
- b) Reserva para Catástrofe Nacional
- c) Reserva contra Roubo
- d) Reserva Estatutária
- e) Reserva de Prejuízos a Realizar

11. Sobre o Regime de Competência é CORRETO afirmar:

- a) As despesas são contabilizadas no período em que foram consumidas
- b) As receitas são contabilizadas no período em que foram recebidas e as despesas contabilizadas pelo pagamento
- c) As receitas são contabilizadas no período que foram geradas e as despesas contabilizadas pelo pagamento.
- d) As receitas são contabilizadas no período em que foram recebidas e as despesas contabilizadas pelo seu consumo.
- e) As receitas são contabilizadas no período em que foram recebidas

12. De acordo com os ajustes em contas de despesas, podem ser consideradas contas de despesas:

- a) Salários a Pagar e Clientes
- b) ICMS sobre Vendas e Despesa de Depreciação
- c) FGTS a Recolher e Despesas de INSS
- d) Obrigações a Pagar e Despesas de Comissões sobre Vendas
- e) Nenhuma das alternativas

13. Suponhamos que no dia 1 de maio a empresa tenha efetuado um pagamento em dinheiro no valor de R\$12.000,00 para a Companhia Seguradora, referente a seguro contra incêndio, pelo período de um ano. Para esta operação, a empresa efetuou o seguinte registro contábil no livro Diário:

- a) Débito de R\$ 12.000,00 na conta Despesas de Seguros e Crédito de R\$ 12.000,00 em Seguros a Pagar;
- b) Débito de R\$ 12.000,00 na conta Prêmio de Seguros e Crédito de R\$12.000,00 no Caixa;
- c) Débito de R\$ 12.000,00 na conta Seguros à Pagar e Crédito de R\$ 12.000,00 no Banco;
- d) Débito de R\$ 12.000,00 na conta Despesas de Seguros e Crédito de R\$ 12.000,00 no Fornecedor;
- e) Débito de R\$ 12.000,00 na conta Prêmio de Seguros e Crédito de R\$ 12.000,00 no Fornecedor.

14. Para apropriação das receitas geradas e ainda não recebidas, deverá ser feito um lançamento a débito de uma conta do Ativo, que represente o respectivo direito, e um lançamento a crédito em uma conta que represente a respectiva receita. Selecione as contas que demonstram exatamente a apropriação das receitas pela contabilidade:

- a) Débito de Aluguéis a Pagar e Crédito de Caixa
- b) Débito de Receita de Venda e Crédito de Banco
- c) Débito de Aluguéis a Receber e Crédito de Receita de Aluguéis Ativo
- d) Débito de Caixa e Crédito de Receita de Vendas
- e) Nenhuma das alternativas

Utilize o balanço patrimonial abaixo para responder as questões de número 15 e 17

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/20x9

Empresa “Estudo Contabilidade Empresarial Ltda” CNPJ 11.111.111/0001-11

ATIVO	31/12/x8	31/12/x9	PASSIVO	31/12/x8	31/12/x9
<u>Circulante</u>	<u>1.200</u>	<u>1.900</u>	<u>Circulante</u>	<u>1.300</u>	<u>1.800</u>
Disponibilidades	350	450	Fornecedores	350	500
Duplicatas a Receber	250	550	Salários a Pagar	400	250
Estoques	600	900	IR e CSLL a Pagar	350	550
<u>Não Circulante</u>	<u>2.800</u>	<u>3.600</u>	Dividendos a Pagar	200	500
<u>Realizável a L. Prazo</u>			<u>Não Circulante</u>	<u>1.600</u>	<u>1.900</u>
Dupl. a Receber	500	600	<u>Exigível a L. Prazo</u>		
Investimentos	250	550	Financiamentos	1.600	1.900
Imobilizado	1250	1500	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>1.100</u>	<u>1.800</u>
Intangível	800	950	Capital Social	900	1.200
			Reserva Legal	200	600
Total	4.000	5.500	Total	4.000	5.500

15. Qual o valor do Capital Próprio da Empresa em 31/12/20x9?

- a) R\$ 1.900,00
- b) R\$ 1.800,00
- c) R\$ 3.700,00
- d) R\$ 1.800,00
- e) R\$ 3.600,00

16. Qual o valor do Capital de Terceiros da Empresa em 31/12/20x8?

- a) R\$ 1.300,00
- b) R\$ 1.600,00
- c) R\$ 2.900,00
- d) R\$ 2.400,00
- e) R\$ 1.100,00

17. A partir da relação do Ativo Circulante com o Passivo Circulante, obtém-se o Índice de Liquidez Corrente. De acordo com o Balanço apresentado, este Índice de Liquidez Corrente no ano de 20x8 e 20x9 é respectivamente de:

- a) $AC > PC$ e $AC > PC$
- b) $AC < PC$ e $AC > PC$
- c) $AC < PC$ e $AC < PC$
- d) $AC > PC$ e $AC < PC$
- e) Nenhuma das alternativas

18. A partir das características do Lucro, podemos afirmar que:

- a) Todo lucro obtido pela empresa pertence à empresa;
- b) O lucro não distribuído aos proprietários prejudica a situação econômica da empresa;
- c) Em uma situação de continuidade de atividades, sem a distribuição, o lucro será utilizado para absorver o prejuízo;
- d) Todo lucro obtido pela empresa pertence aos proprietários;
- e) O lucro não é a principal fonte de recursos para a empresa.

19. A Empresa TWA Ltda. vendeu em 2009 R\$ 25.000,00 e só recebeu R\$13.500,00 (o restante ficou em contas a receber para 2010); teve com despesas incorridas R\$ 15.000,00 e pagou até o ultimo dia do ano de 2010 R\$ 7.000,00, o restante ficou em contas a pagar. O resultado contábil (Regime de Competência) e o fluxo financeiro da empresa (Fluxo de Caixa), serão respectivamente de:

- a) R\$ 10.000,00 e R\$ 6.500,00
- b) R\$ 11.500,00 e R\$ 6.500,00
- c) R\$ 11.500,00 e R\$ 8.000,00
- d) R\$ 13.500,00 e R\$ 8.000,00
- e) R\$ 25.000,00 e R\$ 15.000,00

20. Sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa é CORRETO afirmar:

- a) A DFC é tratada como um fluxo econômico, tratando especificamente a movimentação do dinheiro no disponível (caixa e bancos).
- b) Normalmente o resultado do Regime de Competência é igual àquele apurado pelo Regime de Caixa
- c) O Objetivo básico da DFC é disponibilizar informações sobre as entradas e saídas de numerários em determinado período.
- d) A DFC não possibilita a seus usuários identificar as futuras necessidades de financiamento.
- e) A Demonstração de Fluxo de Caixa é um relatório contábil, não sendo obrigatória sua elaboração pelas companhias abertas.

21. As Contas de Clientes e Reserva de Capital são contas que pertencem respectivamente ao:

- a) Ativo Não Circulante e Passivo Circulante.
- b) Ativo Circulante e Passivo Não Circulante.
- c) Ativo Circulante e Passivo Circulante.
- d) Ativo Não Circulante e Patrimônio Líquido
- e) Ativo Circulante e Patrimônio Líquido

22. Para a apuração da Demonstração do Resultado do Exercício, são consideradas deduções da Receita Bruta:

- a) Despesas de Comissões de Venda
- b) ICMS sobre Compra
- c) Devolução de Vendas
- d) Frete sobre Vendas
- e) Estoque de Mercadorias

23. Para a elaboração da DRE, dentre os princípios utilizados para sua criação, está o:

- a) Princípio da Realização da Receita
- b) Princípio da Entidade
- c) Princípio da Continuidade
- d) Princípio do Materialismo
- e) Princípio da Oportunidade

24. Dentre as Despesas Operacionais, utilizadas na elaboração da DRE, não faz parte deste tipo de despesa:

- a) Descontos Concedidos
- b) Despesas de Telefone
- c) Despesa de Aluguel
- d) Custo das Mercadorias Vendidas
- e) Salários

25. A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados é:

- a) Um demonstrativo que não é obrigatório sua elaboração pelas S.A's de capital fechado.
- b) É um relatório dinâmico.
- c) Elaborado após a apuração do resultado da DRE, utilizando o saldo do Lucro Bruto.

- d) Um demonstrativo que tem como objetivo a origem do resultado, sem especificar a destinação deste resultado.
- e) Elaborado apenas com o saldo inicial e final da conta de Lucros durante o exercício social.

26.A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados é:

- a) Um demonstrativo que não é obrigatório sua elaboração pelas S.A's de capital fechado.
- b) É um relatório dinâmico.
- c) Elaborado após a apuração do resultado da DRE, utilizando o saldo do Lucro Bruto.
- d) Um demonstrativo que tem como objetivo a origem do resultado, sem especificar a destinação deste resultado.
- e) Elaborado apenas com o saldo inicial e final da conta de Lucros durante o exercício social.

27.Dentre as várias características que diferenciam a Demonstração de Fluxo de Caixa da Demonstração do Resultado do Exercício, podemos destacar:

- a) A DFC engloba todas as disponibilidades monetárias.
- b) A DRE tem como objetivo apresentar o resultado financeiro ao final do exercício social.
- c) A DFC tem como objetivo apresentar o resultado econômico ao final do exercício social.
- d) A DFC não evidencia o efeito das operações, dos investimentos e financiamentos sobre a posição econômica da empresa.
- e) Nenhuma das alternativas.

28.A Demonstração do Valor Adicionado é o relatório contábil que tem como característica:

- a) Relacionar as contas do patrimônio líquido e sua distribuição.
- b) Apresentar o resultado gerado pelas aplicações financeiras da empresa.

- c) Evidenciar as informações relativas ao desempenho econômico e social da empresa.
- d) Organizar de forma dinâmica as contas utilizadas pela DRE, para apurar o Imposto de Renda.
- e) Nenhuma das alternativas.

29. De acordo com a Lei 11.638/2007, a elaboração da DVA passou a ser obrigatória para as:

- a) Companhias abertas
- b) Sociedades Limitadas
- c) Companhias Fechadas
- d) Sociedade Simples
- e) Micro Empresas

30. Dentro da DVA, do Valor Adicionado Recebido em Transferência, várias contas farão parte desta estrutura, com exceção:

- a) Receitas de Royalties
- b) Material de Expediente
- c) Receita de Aluguel
- d) Receita de Dividendos
- e) Receitas Financeiras

31. Sobre a análise das demonstrações contábeis, é CORRETO afirmar:

- a) O objetivo é obtenção de informações e comparação dos coeficientes, índices ou quocientes calculados a partir dos dados retirados da DLPA.
- b) A análise das demonstrações contábeis tem como objetivo proporcionar ao usuário o conhecimento de informações econômicas, patrimoniais e do desempenho da atividade de uma organização, baseado nas informações apenas da DFC.
- c) Dentre os usuários que se utilizam das informações fornecidas pela análise de balanços, o administrador da organização é quem poderá avaliar a situação real dos resultados econômicos

- d) A partir dos resultados obtidos da análise das demonstrações, esses resultados devem ser considerados uma ciência exata.
- e) A análise tem como finalidade a decomposição, comparação e interpretação das demonstrações contábeis, por meio de indicadores.

32. Dentre os processos de análise de demonstrações contábeis, podemos utilizar:

- a) Análise Diagonal
- b) Análise do Denominar Comum
- c) Análise Transversal
- d) Análise Vertical
- e) Análise Tangencial

33. A análise horizontal tem como característica principal:

- a) Analisar de forma comparativa apenas as contas do Ativo Circulante com o Passivo Circulante.
- b) Verificar a evolução das contas, grupos e subgrupos das demonstrações contábeis ao longo dos exercícios sociais (de um ano para outro, no sentido horizontal)
- c) Identificar e comparar a partir do resultado do exercício, a participação das contas do Ativo Não Circulante sobre o Passivo Não Circulante.
- d) Proporcionar ao seu usuário plena segurança no que diz respeito às informações geradas pela Demonstração do Fluxo de Caixa.
- e) Demonstrar que a análise é de caráter coletivo, e que mesmo sendo feita por vários analistas diferentes, os resultados serão iguais para todos.

34. A finalidade ou objetivo principal da contabilidade de custos é fornecer informações aos gestores no auxílio a tomada de decisão. Para isso, um dos aspectos que deve ser observado é:

- a) Planejamento Psicológico.
- b) Determinação da Rentabilidade.
- c) Análise da eficiência da força de trabalho mecânico.

d) Determinação do nível mínimo de economia desejado.

e) Satisfação do Cliente.

35. Dentre as terminologia e significados dos custos, podemos citar:

a) Custo é o gasto utilizado com a venda do produto

b) Investimento é o gasto para aquisição de matéria prima.

c) Perdas são bens ou produtos consumidos de forma normal e voluntária.

d) Rateio é o processo de divisão das despesas de venda aos centros de custos.

e) Sucatas são produtos que nascem da produção com defeitos ou estragados

36. Dentro das características que servem para classificação em custos, selecione a opção que apresenta os eventos de mesma similaridade:

a) Compra de Matéria Prima e Consumo de Energia Elétrica

b) Utilização de Mão de Obra e Geração de sucata no processo produtivo

c) Gastos com Pessoal do Faturamento (Salário) e Aquisição de Máquinas

d) Remuneração do tempo do pessoal em Greve e Aquisição de Embalagens

e) Pagamento de honorários da administração e Depreciação do prédio da empresa

37. Considerando uma indústria com 80 funcionários, sendo que cada um recebe salário mensal de R\$ 1.000,00. Quanto a contabilidade deverá constituir mensalmente como provisão de 13º Salário, para atender o princípio da competência?

a) R\$3.333,33

b) R\$9.999,99

c) R\$7.500,00

d) R\$6.666,66

e) R\$80.000,00

38. Sobre o departamento fiscal que assessora os impostos, é CORRETO afirmar:

- a) Todos os impostos possuem o mesmo processo de apuração, apenas se difere de empresa para empresa pelo seu ramo de atividade.
- b) O prazo de recolhimento ou pagamento de impostos fica a critério de cada órgão governamental.
- c) A assessoria fiscal consulta site e compra manuais com todas as instruções referentes aos impostos.
- d) Fornece informações com relação ao controle da situação fiscal dos tributos e contribuições das empresas enquadradas nos regimes existentes na legislação.
- e) Nenhuma das anteriores

39. Considerando uma empresa que entrou em atividade no dia 25 de julho do ano-calendário, o limite de faturamento (Receita Bruta) para enquadramento como Microempresa e como Empresa de Pequeno Porte será, respectivamente:

- a) R\$ 180.000 e R\$ 1.800.000
- b) R\$ 360.000 e R\$ 3.600.000
- c) R\$ 30.000 e R\$ 300.000
- d) R\$ 20.000 e R\$ 200.000
- e) N.D.A.

40. Pode ser considerado um dos principais relatórios contábeis:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração do Resultado do Exercício
- c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- d) Demonstração do Fluxo de Caixa
- e) Todas estão corretas

41. A estrutura do Passivo, ao ser elaborado o Balanço Patrimonial, é composta por:

- a) Passivo Circulante, Passivo Exigível à Longo Prazo e Patrimônio Líquido.
- b) Passivo Circulante e Patrimônio Líquido.
- c) Passivo Circulante e Passivo Exigível à Longo Prazo.
- d) Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.
- e) Passivo Circulante, Passivo Exigível à Longo Prazo e LPA

42. Considerando o Balanço Patrimonial da Empresa Modelo estudado na Aula 08, informar o valor do Ativo Circulante e Ativo Não Circulante respectivamente:

- a) R\$ 187.162,60 e R\$ 753.333,68
- b) R\$ 114.297,18 e R\$ 753.333,68
- c) R\$ 187.162,60 e R\$ 292.805,06
- d) R\$ 187.162,60 e R\$ 114.297,18
- e) NDA

43. De acordo com as informações a seguir, estruture um Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e responda a questão: Qual o valor Total do Ativo, Passivo, Ativo Circulante e Patrimônio Líquido?

- 1. Duplicatas a receber (vencimento em até 12 meses) - R\$ 4.500.000,00
- 2. Fornecedores (vencimento em até 6 meses) - R\$ 2.000.000,00
- 3. Salários a Pagar - R\$ 3.250.000,00
- 4. Caixa - R\$ 900.000,00
- 5. Imposto de Renda a Recolher - R\$ 900.000,00
- 6. Lucros Acumulados - R\$ 1.700.000,00
- 7. Contas a pagar (curto prazo) - R\$ 100.000,00
- 8. Obras-de-arte - R\$ 3.660.000,00
- 9. Capital Social - R\$ 5.000.000,00
- 10. Móveis e Utensílios - R\$ 3.500.000,00
- 11. Investimentos em aplicações financeiras 360 dias - R\$ 100.000,00
- 12. Estoques - R\$ 4.950.000,00
- 13. Financiamento Bancário (30 meses) - R\$ 5.160.000,00
- 14. Duplicatas a receber (vencimento em 14 meses) - R\$ 500.000,00

- a) R\$3.500.000,00, R\$6.700.000,00, R\$6.250.000,00 e R\$10.450.000,00
- b) R\$18.110.000,00, R\$10.450.000,00, R\$6.250.000,00 e R\$18.110.000,00
- c) R\$18.110.000,00, R\$18.110.000,00, R\$10.450.000,00 e R\$6.700.000,00
- d) R\$18.110.000,00, R\$18.110.000,00, R\$500.000,00 e R\$6.700.000,00
- e) R\$3.500.000,00, R\$6.250.000,00, R\$500.000,00 e R\$6.700.000,00

44. Sobre os sistemas contábeis, é CORRETO afirmar:

- a) Os lançamentos nos livros fiscais podem ser feitos a lápis, para facilitar correções posteriores.
- b) Para o uso de sistema eletrônico há a necessidade de uso de software contábil em função de sua capacidade de processamento aliada ao uso de recursos informatizados de hardware.
- c) As folhas dos livros fiscais devem ser grampeadas para evitar que estas se percam.
- d) Os livros são impressos, não sendo obrigatório enumerar as folhas, podendo ser utilizados após autenticação do órgão competente.
- e) O objetivo principal do sistema digital é perpetuar o uso do papel na emissão dos livros contábeis (Diário e Razão).

45. Qual das Demonstrações Contábeis, deixou de ser exigida a partir da Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração do Resultado do Exercício
- c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- d) Demonstração do Fluxo de Caixa
- e) Nenhuma das alternativas.

46. Sobre o Balanço Patrimonial é INCORRETO afirmar:

- a) Estruturada de acordo com os preceitos da Lei nº6.404/76, 11.941/2009 e 11.638/2007
- b) O Balanço Patrimonial é considerado o relatório mais importante sob o ponto de vista contábil.

- c) Não é uma das características do Balanço Patrimonial, é apresentação dos resultados das contas, após o registro e encerramento das atividades da empresa durante o exercício social.
- d) o Balanço Patrimonial apresenta uma situação estática das informações da organização após seu acontecimento.
- e) Pode-se dizer que é a partir da composição do patrimônio que se origina o Balanço Patrimonial.

47. Na formação do passivo de uma empresa, dois grupos muito importantes podem ser identificados, e que estão relacionados diretamente às obrigações da empresa:

- a) Capital Próprio e Bens Circulantes.
- b) Capital de Terceiros e Bens Permanentes.
- c) Bens Circulantes e Bens Permanentes.
- d) Capital de Terceiros e Capital Próprio
- e) Nenhuma das anteriores.

48. No Capital de Terceiros de uma organização, farão parte da estrutura deste grupo, as seguintes contas:

- a) ICMS a Recuperar e Caixa
- b) Fornecedores e Veículos
- c) Empréstimos a Longo Prazo e Capital Social
- d) Salários a Pagar e Lucros Acumulados
- e) INSS a Recolher e Financiamentos à Longo Prazo

49. Para que a gestão global de impostos possa ser útil, serão necessárias para a elaboração dos relatórios algumas informações, exceto:

- a) Prazos de recolhimento, indexador legal, prazo de entrega das guias ou declarações;
- b) Acompanhamento e controle dos gastos do Diretor Presidente da empresa.
- c) Alíquota (s) básica (s) (Aplicação de alíquota de acordo com a legislação)

- d) Valor dos impostos (Valor apurado)
- e) Principais bases de incidência dos impostos (Base de Cálculos);

50.É CORRETO afirmar sobre o ponto de equilíbrio:

- a) A empresa esta no ponto de equilíbrio quando ela não tem lucro ou prejuízo, e nesse ponto, as receitas totais são iguais aos custos totais ou despesas totais.
- b) A empresa está no ponto de equilíbrio quando ela tem lucro ou prejuízo, e nesse ponto, as receitas totais são iguais aos custos totais ou despesas totais.
- c) A empresa está no ponto de equilíbrio quando ela não tem lucro ou prejuízo, e nesse ponto, as receitas totais são diferentes dos custos totais ou despesas totais.
- d) A empresa está no ponto de equilíbrio quando ela tem lucro e não prejuízo, e nesse ponto, as receitas totais são diferentes dos custos e iguais às despesas totais.
- e) Nenhuma das anteriores.

Anotações



Currículo dos professores-autores

Alexandre Machado Fernandes

Mestre em Administração com Ênfase em Gestão e Organizações pela Universidade Federal do Paraná em parceria com Faculdade Dinâmica das Cataratas - UDC, Especialista em Contabilidade Financeira e Controladoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA; Atualmente é Professor do Instituto Federal do Paraná - Curitiba-PR em regime de Dedução Exclusiva; Experiência nas áreas de Administração, Administração Financeira, Administração Estratégica, Ciências Contábeis, Controladoria.

Paulinho Rene Stefanello

Especialista em Direito Processual Tributário pela UNICEMP (Universidade Positivo), Bacharel em Ciências Contábeis pela FAFIPA – Faculdade de Ciências e Letras de Paranaíba-PR, coordenador do Curso Tecnólogo em Gestão Pública presencial pelo IFPR, professor de Contabilidade nos Cursos Técnicos de Contabilidade e Bacharel em Ciências Contábeis.

